

Plano de Desenvolvimento Social de Marco de Canaveses



Ficha Técnica

Título

Plano de Desenvolvimento Social do concelho de Marco de Canaveses

Edição

Rede Social do Marco de Canaveses

255 538 800

rede.social@cm-marco-canaveses.pt

Coordenação

Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa

António Batista - Consultor

Joaquim Santos - Chefe de Divisão - Ação Social, Educação, Saúde e Desenvolvimento Económico Câmara Municipal Marco de Canaveses

Ana Lucia Costa | Cristina Pereira | Pedro Azevedo - Equipa Operativa da Rede Social do Marco de Canaveses

Núcleo Exclusivo

Cristina Vieira - Presidente da Câmara Municipal de Marco de Canaveses

Clara Marques - Vereadora da Ação Social, Educação, Saúde, Coesão Social, Cidadania e Promoção da Igualdade da Câmara Municipal de Marco de Canaveses

Joaquim Santos - Chefe de Divisão - Coesão Social, Igualdade e Desenvolvimento Económico Câmara Municipal Marco de Canaveses

Émilia Paula Monteiro - Chefe de Setor I da UDS – Unidade de Intervenção Social do CDistrital do Porto – Representante do ISS.IP no CLAS do Marco de Canaveses

Luís Neves - Técnico Superior da UDS – Unidade de Intervenção Social do CDistrital do Porto – Representante do ISS.IP no Núcleo Executivo do Marco de Canaveses e representante da Segurança Social do Porto no NLI – Nucleo Local de Inserção

Maria Amélia Ferreira - Provedora Santa Casa da Misericórdia Marco de Canaveses – Representante das IPSS's do concelho

Bruna Santos - Junta de Freguesia de Constance - Representante das Juntas de Freguesia do concelho

Ana Lúcia Figueiredo - Centro de Saúde de Marco de Canaveses – Representante do Ministério da Saúde

José Manuel Teixeira de Sousa - Agrupamento Escolas Carmen Miranda - Representante do Ministério da Educação

Produção

Conselho Local de Ação Social do Marco de Canaveses - Supervisão

António Batista - Consultoria

Villae - Creative Studio - Design

Índice

SUMÁRIO EXECUTIVO

7	Enquadramento
8	Visão Estratégica
9	Missão
10	Indicadores - Resumo da Estratégia “Avançar em Rede 2024-2030”

METODOLOGIA

13	Princípios Orientadores e Estratégias Transversais
----	--

ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

OBJETIVOS GERAIS

DIMENSÕES - PROBLEMA

25	Risco
26	Vulnerabilidade Social
27	Pobreza e Exclusão Social
28	Exclusão Estrutural

EIXOS ESTRATÉGICOS DE INTERVENÇÃO

31	Eixo I – Habitação e Emergência Social
33	Eixo II – Infância e Juventude
36	Eixo III – Emprego, Formação e Empreendedorismo
38	Eixo IV – Intervenção Social, Saúde e Longevidade
41	Eixo V – Coesão Social e Igualdade

ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO E TIPOLOGIAS DE PROJETOS

45	Projeto Âncora
46	Projeto Inovação
47	Projeto Estruturante

NOTA CONCLUSIVA

76	Considerações Finais
----	----------------------

Siglas e Acrónimos

CAFAP – Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental

CIAC – Centro de Informação Autárquico ao Consumidor

CIM TS – Comunidade Intermunicipal Tâmega e Sousa

CD – Centro de dia

CS – Carta Social

CLAS - Conselho Local de Ação Social

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

CPCJMC – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Marco de Canaveses

CSI - Complemento Solidário Para Idosos

DGC – Direção Geral do Consumidor

ELI – Equipa de Intervenção Precoce

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

ODS - Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

POAPMC - Programa Operacional de Apoio às Pessoas mais Carenciadas

PTE – Plano de Transporte Escolar

SAD – Serviço de Apoio Domiciliário

VIVO – Gabinete de Apoio à Vítima do Marco de Canaveses

Sumário Executivo



O Plano de Desenvolvimento Social (PDS) da Rede Social do Marco de Canaveses “**Avançar em Rede 2024-2030**” visa estruturar estrategicamente os desafios sociais do Concelho, e encontra-se alinhado com a estratégia europeia vigente até 2030, como previsto no nº3 do artigo 36º do Decreto-Lei nº 115/2006.

Este documento orienta as ações nas áreas prioritárias, colocando-se como um guia para parceiros e instituições locais, das ações em curso e das ações propostas para futuro em benefício do desenvolvimento local. Utilizando métodos participativos, o PDS envolveu ativamente todas as partes interessadas, resultando em cenários futuros para a intervenção social.

Partindo de uma base sólida, como o Diagnóstico Social (DS) e a Carta Social, o PDS do Marco de Canaveses é o plano estratégico que pretende, em linha estratégica com os instrumentos de política nacional e europeia:

1. Reduzir a pobreza nas crianças e jovens e nas suas famílias:

pela garantia do seu acesso e das suas famílias a bens e serviços básicos;

2. Promover a integração plena dos jovens adultos na sociedade e a redução sistémica do seu risco de pobreza:

pela valorização da educação e da formação profissional que habilitem os jovens nos seus percursos pessoais e profissionais, permitindo-lhes minimizar o impacto do contexto socioeconómico de que sejam provenientes nos seus trajetos;

3. Potenciar o emprego e qualificação como fatores de

eliminação da pobreza: pela promoção de medidas destinadas a elevar as qualificações e as competências, potenciando a valorização profissional e salarial ou a requalificação profissional de pessoas empregadas e melhorando as condições das pessoas em situação de desemprego e de inatividade.

4. Promover a Coesão Social: Pela garantia do bem-estar e dignidade para todos/as, combatendo a pobreza e a exclusão social, promovendo a justiça social;

5. Implementar um Programa de Desenvolvimento Social: Pela solidificação da Rede Social do Marco de Canaveses na valorização de medidas e projetos que, centrados na dignidade da Pessoa, visem a supressão e/ou a minimização dos constrangimentos que impedem a sua valorização, conforto e inclusão na sociedade, enquanto cidadãos ativos de pleno direito, independente da sua idade, condição social e económica, estado de saúde ou género;

6. Alcançar o Desenvolvimento Sustentável: Prosseguindo o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030, promovendo, localmente, ecossistemas saudáveis, sustentáveis e inclusivos, promotores de níveis crescente na qualidade de vida das pessoas;

7. Promover a Coresponsabilização e Cogestão: pelo envolvimento das comunidades na gestão do bem-estar, promovendo a identidade e o desenvolvimento local, bem como, a capacitação de comunidades resilientes e inclusivas;

8. Fomentar a Participação e a Governança Local: Através da mobilização dos atores locais para uma governança compartilhada e participativa, garantindo uma abordagem abrangente às questões sociais;

Enquadramento

O Plano de Desenvolvimento Social (PDS) de Marco de Canaveses “**Avançar em Rede 2024-2030**” é o documento estratégico que orienta as intervenções sociais prioritárias do Concelho.

Fornece um guia para os parceiros da Rede Social concelhia, direcionando as suas ações com base em dados e recursos mapeados no nível local. O PDS é uma ferramenta participativa, refletindo propostas e expectativas das instituições locais, e visa impulsionar a capacidade da rede como um todo, identificando necessidades e potencialidades no território.

Este documento centra-se em áreas críticas, que assumem a natureza de dimensões-problema, incluindo crianças e jovens em situação de risco, violência doméstica, emergência social, vulnerabilidade social de idosos, pessoas com deficiência, migrantes e refugiados, dependências, saúde mental, desestruturação familiar e pessoas sem abrigo. Propõe intervenções inovadoras, e inclusivas focadas na inovação social e no empreendedorismo, para promover a inclusão e o desenvolvimento sustentável. Além disso, aborda desafios como desemprego, jovens sem ocupação, desemprego de longa duração e habitação precária, sugerindo respostas especializadas para estabilizar esses grupos e integrá-los de forma significativa na sociedade.

Em resumo, o PDS de Marco de Canaveses é uma abordagem holística para melhorar a qualidade de vida e a inclusão social, alinhando estratégias com as necessidades específicas identificadas no município.

A organização das problemáticas sociais por área temática e aglutinadora permite uma observação global e sintética da situação do concelho em termos sociais, distribuídos pelos Eixos Estratégicos de intervenção.

O concelho de Marco de Canaveses possui uma cultura de trabalho em rede e participação, fundamentais para promover inovações na área social. A colaboração, cooperação e cocriação são métodos valiosos, e a rede de parcerias desempenha um papel vital na construção de uma estratégia inclusiva para o território.

A coordenação e integração das instituições no Marco de Canaveses na Rede Social, com uma abordagem de governança partilhada, são cruciais para implementar com sucesso a estratégia inclusiva do concelho.

Visão Estratégica

O Plano de Desenvolvimento Social “**Avançar em Rede 2024-2030**”, assume fazer do Marco de Canaveses um concelho de referência nacional e, muito em particular na região do Tâmega e Sousa, em matéria de coesão social, igualdade e bem-estar, capaz de atrair e fixar pessoas e suas famílias, pelo desenho de políticas que:

- Agilizem o acesso competente de pessoas e grupos de população, a direitos humanos e a serviços fundamentais ao exercício pleno da cidadania, conferindo dignidade à existência humana;
- Promovam o desenvolvimento económico inclusivo, inovador e sustentável;
- Implementem medidas que visem melhorar continuamente as qualificações, competências e condições de trabalho e facilitem a conciliação da vida profissional com a vida familiar das pessoas que trabalham;
- Contribuam para a construção e consolidação de um sentimento de identidade e pertença ao território.





O Plano de Desenvolvimento Social “**Avançar em Rede 2024-2050**” preconiza a promoção da cooperação institucional entre as entidades que, integradas na Rede Social do Marco de Canaveses, possam contribuir para assegurar quer a prestação de serviços de intervenção social, quer a conceção de planos integrados para a promoção do desenvolvimento económico e social do Concelho, que concorram para uma governação integrada na melhoria da qualidade de vida das pessoas que escolhem o Marco de Canaveses para viver, estudar, trabalhar, investir ou visitar.

Indicadores - Resumo da Estratégia “Avançar em Rede 2024-2030”

Pretende-se com a implementação do presente PDS, dar respostas às necessidades elencadas, pelas dimensões/problema de forma a contribuir para um município mais atrativo, empreendedor, com melhores condições de vida e de integração das pessoas no território:

- 4 dimensões – problema identificadas;
- 5 Objetivos Gerais
- 5 Eixos de Intervenção
- 69 tipologias de intervenção /Projetos
- 241 habitações construídas, reconvertidas ou reabilitadas abrangendo 494 pessoas;
- Constituir um Centro de Alojamento de Emergência Social;
- Alargamento da Rede Concelhia de Equipamentos Sociais com novas e/ou inovadoras respostas sociais na primeira infância, no apoio à população idosa e/ou portadora de deficiência;

- Reconhecer o Marco de Canaveses como Município Amigo dos Velhos, promotor da Saúde Social no Envelhecimento;
- Promover generalizadamente a melhoria de qualificações da população jovem do concelho capacitando-a para a empregabilidade no contexto de valorização do seu sistema produtivo, bem como, melhorar a qualificação de ativos em estreita articulação com a organização de processos de identificação de necessidades empresariais de inovação e formação;
- Reconhecer o Marco de Canaveses como Município Amigo das Crianças;
- Elaborar e publicar o Observatório Social e Económico do Marco de Canaveses;
- Promover a capacitação, a saúde mental e os níveis de participação cívica das pessoas que cuidam de outras pessoas;

Metodologia



O planejamento estratégico de um concelho é um processo crucial que estabelece diretrizes, objetivos, estratégias e ações de desenvolvimento para uma área específica. Essa prática é essencial para orientar o crescimento local de forma eficaz, alinhada com as necessidades e oportunidades da população. Funciona como uma ferramenta vital para uma governança eficiente e o desenvolvimento sustentável do território, garantindo o uso eficaz dos recursos para atender às necessidades dos residentes.

A participação ativa da comunidade é fundamental para assegurar que o planejamento seja democrático e representativo, promovendo um ambiente de vida melhor para todos.

O Diagnóstico Social (DS), aprovado em outubro de 2023, desempenha um papel fundamental como base para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Social (PDS), uma vez que fornece as informações e análises necessária base à formulação desse plano.

O PDS é um documento estratégico que define as diretrizes, metas e ações para promover o desenvolvimento social territorial.

O DS serviu como fundamento para a criação do Plano de Desenvolvimento Social (PDS), pela:

- **Identificação de problemas e necessidades:** o diagnóstico social identifica e analisa os problemas e necessidades existentes; fornece uma visão abrangente das questões sociais, e essas informações são essenciais para direcionar as ações do PDS e priorizar as áreas que requerem intervenção.
- **Definição de objetivos e metas:** com base nos problemas e necessidades identificados, o DS auxilia na definição de objetivos e metas claras e mensuráveis para o PDS. Esses objetivos devem ser alinhados com os problemas e expectativas da comunidade, com o objetivo de superar os desafios identificados no diagnóstico.

- **Identificação de potencialidades e recursos:** o DS também destaca as potencialidades e recursos disponíveis no território que podem ser aproveitados e fortalecidos no PDS para impulsionar o desenvolvimento social.

- **Seleção de estratégias e ações:** com base nas informações do diagnóstico social, o PDS pode identificar as estratégias e ações mais adequadas para abordar os problemas identificados e alcançar os objetivos estabelecidos.

- **Alocação de recursos e parcerias:** O DS também auxilia na identificação dos recursos necessários para a implementação do PDS (recursos financeiros, humanos e materiais).

Em resumo, o DS fornece informações valiosas e análises necessárias para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Social.

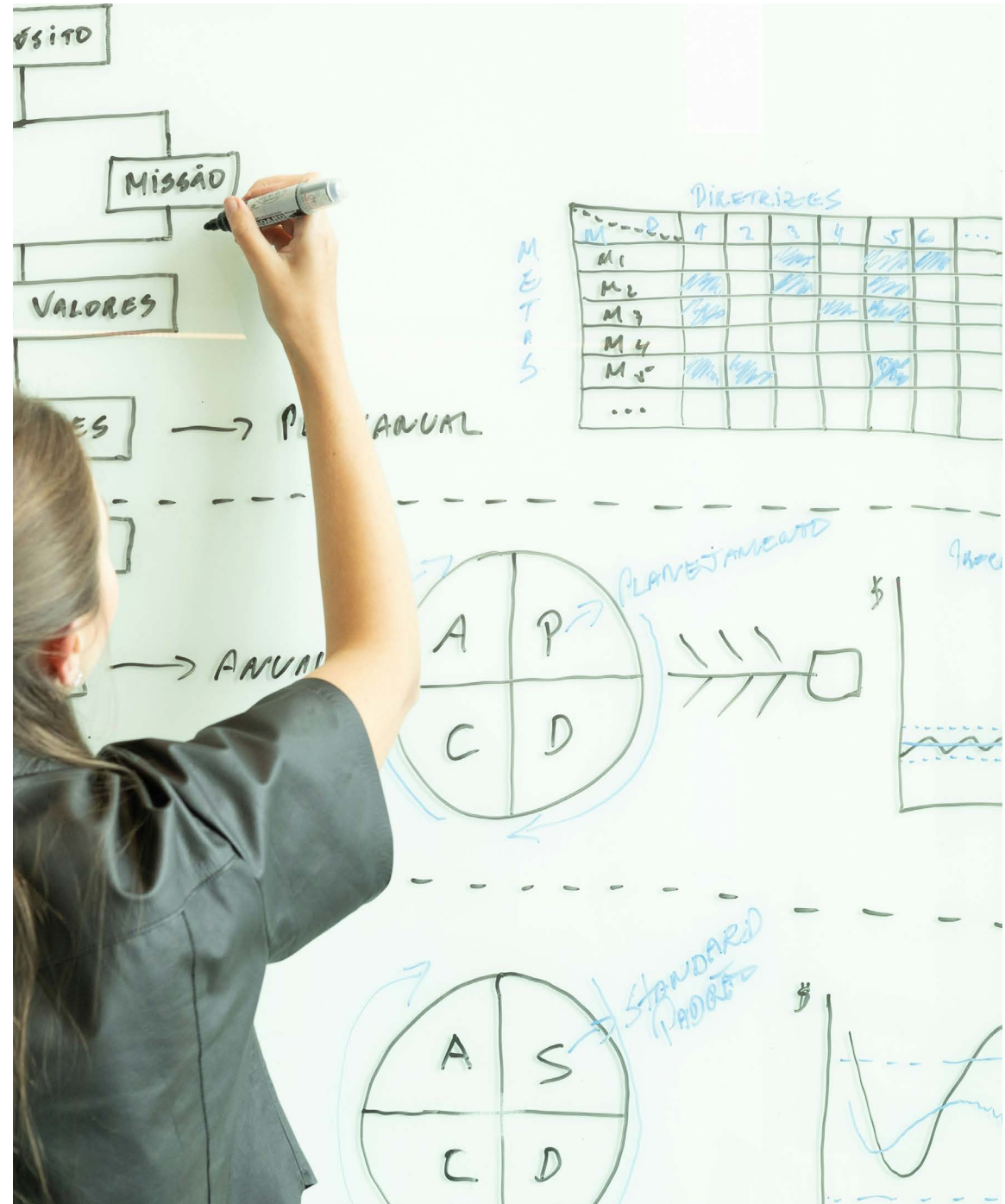
A elaboração deste Plano de Desenvolvimento Social 2024-2030 requereu a aplicação de uma metodologia estruturada para garantir que as estratégias e ações sejam bem definidas e implementadas de forma eficaz.

Princípios Orientadores e Estratégias Transversais

O Plano de Desenvolvimento Social (PDS) é, conforme regulamentado no Decreto-Lei nº 115/2006 de 14 de junho, o instrumento de planeamento do programa da Rede Social, onde estão inscritos os objetivos, estratégias e ações a desenvolver pela Rede Social concelhia.

Sabemos que a rede social assenta no trabalho de parceria alargada, efetiva e dinâmica, preconizando uma visão do planeamento estratégico da intervenção social local que articula a intervenção dos diferentes agentes locais para o desenvolvimento social.

As ações desenvolvidas no âmbito da Rede Social, bem como o funcionamento de todos os seus órgãos, orientam-se pelos princípios da subsidiariedade, integração, articulação, participação, inovação e igualdade de género, segundo o disposto nos artigos 4º a 10º do Decreto-lei nº 115/2006.



Neste pressuposto, as dezenas de ações e tipologias de intervenção constantes neste documento surgem, alinhadas com os seguintes princípios orientadores da intervenção:

- a) Consagração de direitos: Orientar a intervenção por uma lógica de garantia de direitos constitucionalmente consignados, contribui para fundamentar uma intervenção de aprofundamento da cidadania, respeitosa da dignidade das pessoas, mas fomentadora das responsabilidades individuais e institucionais.
- b) Interseccionalidade: Revela que para um melhor entendimento de fenómenos de discriminação há que considerar o cruzamento do sexo com outros fatores de discriminação, entre os quais, a idade, a origem racial e étnica, a deficiência, a nacionalidade, a orientação sexual, a identidade e expressão de género, e as características sexuais (in ENIND).
- c) Mainstreaming: Este princípio de intervenção orienta para que todas as políticas e medidas tenham em conta, de maneira sistemática, e em todo o seu processo de planeamento, definição, execução, acompanhamento e avaliação, as especificidades das condições, situações e necessidades das mulheres e dos homens e as relações hierarquizadas subjacentes.
- d) Responsabilização e mobilização de todos os atores: Este é um princípio que decorre da própria missão da Rede Social e que se apoia na constituição de uma parceria forte, responsável e dinamizadora dos diferentes recursos locais. Insere-se, também aqui, o princípio da subsidiariedade através do qual todos os recursos locais devem ser mobilizados para a resolução de problemas, antes de se passar para outro nível de resposta.

- e) Integração: Considerar os problemas das pessoas e das comunidades nas suas diferentes causas e manifestações é uma preocupação subjacente à criação de respostas integradas. Orientar a ação para uma maior integração significa: Identificar e eliminar redundância, isto é identificar ações semelhantes a serem desenvolvidas por várias equipas desnecessariamente e/ou sem interligação entre si; identificar lacunas da intervenção; pôr fim a eventuais incoerências e objetivos conflitantes da intervenção.
- f) Prevenção: Para além de uma intervenção no problema e sobre o mesmo o Plano de Desenvolvimento Social deve acionar estratégias de atuação preventivas.
- g) Participação e Territorialização: A população e os diferentes atores sociais do território são entendidos como elementos da parceria para a conceção e a implementação de medidas do Plano de Desenvolvimento Social, uma vez que, as suas necessidades e as suas expectativas, são as motivações próximas e locais que orientam a ação estratégica.



Os cinco eixos estratégicos que enquadram as ações e as tipologias dos projetos articulam-se, por sua vez, com outros instrumentos de planeamento do desenvolvimento local, como sejam:

- Plano Municipal Marco + Igual 2023-2026;
- Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens do Marco de Canaveses (Projeto Adélia);
- Carta Educativa do Marco de Canaveses 2020-2035;
- Carta Social;
- Plano Diretor Municipal;
- Estratégia Local de Habitação 2020 – 2026;
- Estratégia Municipal de Saúde 2024-2030;
- Plano Intermunicipal de Promoção do Sucesso Escolar – PIPSE;
- Mapa Estratégico do Município do Marco de Canaveses 2021-2025;
- Relatório de Execução Física 2022 do Protocolo para a Territorialização da Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica.

Destaca-se também a coerência e articulação do PDS de Marco de Canaveses com documentos estratégicos de âmbito nacional, designadamente:

- Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação (ENIND) 2023-2026;
- Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo;
- Plano Estratégico para as Migrações;
- Programa de Apoio ao Acesso à Habitação – 1º Direito;
- Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030;
- Plano Nacional de Saúde 2021-2030 – Saúde sustentável: de todos/as para todos/as;
- Plano Nacional de Literacia em Saúde e Ciências do Comportamento 2023 – 2030 – Plano Estratégico;
- Programa Nacional para a Saúde Mental;
- Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável;
- Centro de Competências de Envelhecimento Ativo;
- Plano de Ação Nacional da Garantia para a Infância 2022-2030;
- Estratégia Nacional para os Direitos da Criança para o período 2021-2024;
- Estratégia da Saúde na Área das Demências;
- Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar;
- Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania;
- Estratégia de Desenvolvimento do Norte para o período de programação 2021-2027 das políticas da União Europeia – Norte 2030;
- Estratégia Nacional Portugal 2030 – PESSOAS 2030;
- Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).



O PDS de Marco de Canaveses 2024-2030 tem, ainda, como referência transversal orientações estratégicas europeias e internacionais, destacando-se:

- Pilar Europeu dos Direitos Sociais, cujo objetivo é conferir aos cidadãos novos direitos, mais eficazes, baseando-se em 20 princípios que se estruturam em torno de três categorias: Igualdade de oportunidades e acesso ao mercado de trabalho; Condições de trabalho justas; Proteção e inclusão sociais.
- A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável que, sob o lema “Ninguém pode ficar para trás”, estabelece um plano de ação assente nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Neste alinhamento, o PDS de Marco de Canaveses “**Avançar em Rede- 2024-2030**” assume-se como um instrumento regional para o cumprimento, nomeadamente, dos seguintes ODS:

1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA



Erradicar a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL



Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável

3 SAÚDE E BEM-ESTAR



Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



Garantir o acesso à educação inclusiva, qualidade e equitativa e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

5 IGUALDADE DE GÊNERO



Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas

6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO



Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos

7 ENERGIA ACESSÍVEL E LIMPA



Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos

8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÓMICO



Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos

9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA



Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação

10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES



Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países

11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS



Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis

12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS



Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis

13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA



Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos

14 VIDA NA ÁGUA



Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável

15 VIDA TERRESTRE



Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda de biodiversidade

16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES



Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas para todos os níveis

17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO



Reforçar os meios de implementação e revitalizar a Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável



Estratégia de Desenvolvimento Social



Pensar em Estratégia de Desenvolvimento Social é refletir sobre um plano abrangente e orientado por metas para melhorar o bem-estar social, económico e cultural de uma população específica, grupo de pessoas ou sociedade como um todo.

Ela envolve a implementação de políticas, programas e ações destinadas a promover a igualdade, justiça social, inclusão, redução da pobreza, acesso a serviços essenciais e melhoria geral da qualidade de vida das pessoas. Obriga à definição de metas claras, análise das necessidades, envolvimento das partes interessadas, alocação de recursos, implementação de programas específicos e monitorização constante do progresso / desenvolvimento. A estratégia exige avaliações regulares e ajustes para alcançar mudanças sustentáveis ao longo do tempo.

A estratégia de desenvolvimento social do Município de Marco de Canaveses ancorada numa lógica de desenvolvimento sustentável, presume um compromisso concertado e sinérgico, sustentado nas políticas nacionais, locais e de financiamento disponível pelo Portugal 2030 e seus programas operacionais.

A este propósito, a visão estratégica proposta pelo Município de Marco de Canaveses é tornar-se um concelho de referência, em matéria de coesão social, implicando o desenho de políticas que perspetivem a minimização de obstáculos que se colocam a pessoas e grupos de população no acesso a direitos humanos fundamentais; fomentem a participação ativa e o sentimento de pertença; concorram para uma governação integrada e melhorem, em geral, a qualidade de vida das pessoas que escolhem o Marco de Canaveses para viver, trabalhar, visitar ou investir.

Foi com este pressuposto que se nomeou o Plano de Desenvolvimento Social como “Avançar em Rede 2024-2030”, encarando-o como um projeto estratégico aberto a medidas, ideias e práticas que, concorrendo para o cumprimento dos seus objetivos gerais, potenciem os resultados na promoção do desenvolvimento social e económico do Concelho do Marco de Canaveses.



Objetivos Gerais

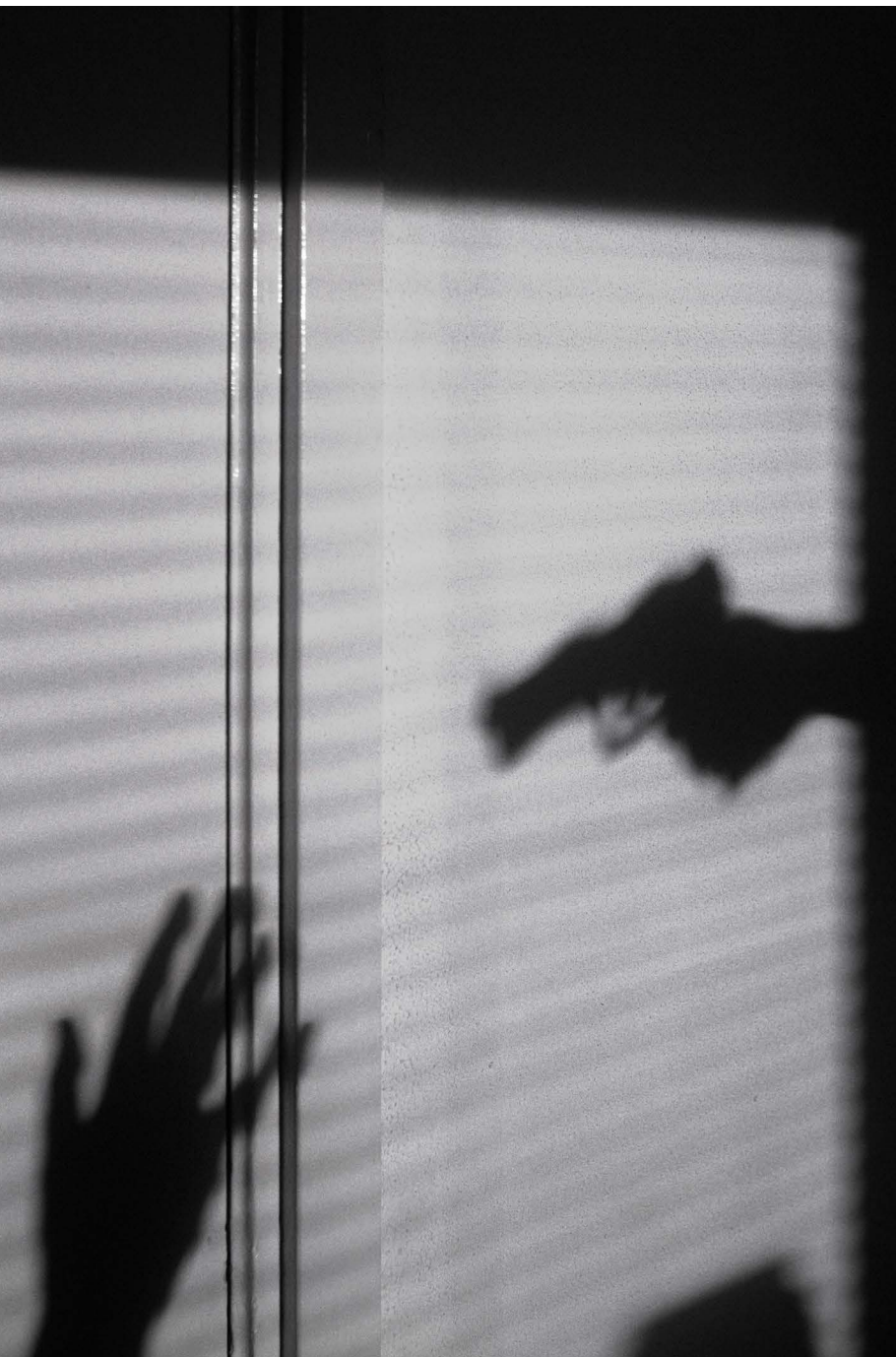
Decorrente da coerência com os princípios e orientações estratégicas já enunciadas, o Plano de Desenvolvimento Social “**Avançar em Rede 2024-2030**” possui os seguintes objetivos gerais:

- 1- Reduzir a pobreza nas crianças e jovens e nas suas famílias;
- 2 - Promover a integração plena dos jovens adultos na sociedade e a redução sistémica do seu risco de pobreza;
- 3 - Potenciar o emprego e qualificação como fatores de eliminação da pobreza;
- 4 - Promover o envelhecimento Saúde Social;
- 5 - Reforçar as políticas públicas de inclusão social, promover e melhorar a integração societal e a proteção social de pessoas e grupos desfavorecidos;
- 6 - Assegurar a coesão territorial e o desenvolvimento local.



A large, stylized number '24' is rendered in a dark teal color, serving as a background element. The '2' is on the left and the '4' is on the right, both with thick strokes and a modern, sans-serif feel. The background is a lighter teal color.

Dimensões - Problema



Pensar a área do risco é refletir sobre situações que condicionam os níveis e as percepções acerca da segurança, da proteção e do bem-estar de pessoas, principalmente aquelas que se encontram em situação de privação, vítimas de crime, violência doméstica, abuso, negligência e outras formas de perigo que possam afetar crianças, jovens, adultos, idosos, famílias ou ainda comunidades.

Vulnerabilidade Social

Pensar na intervenção na área da vulnerabilidade social significa abordar ações que visam diminuir as desigualdades, promover a inclusão e assegurar o usufruto dos direitos básicos para aqueles que enfrentam privações. A vulnerabilidade social afeta diversos grupos populacionais, exigindo intervenções técnicas interdisciplinares específicas para atender às necessidades de cada um. A inclusão e a proteção social são essenciais para grupos e indivíduos cuja autonomia esteja comprometida, focando na garantia da dignidade humana e na não discriminação.



Pobreza e Exclusão Social

A pobreza e a exclusão social são fenómenos interligados que afetam a vida de muitas pessoas.

A pobreza refere-se à falta de recursos para atender às necessidades básicas, enquanto a exclusão social envolve marginalização e a falta de acesso a oportunidades sociais e económicas.

A pobreza pode levar à exclusão, limitando o acesso a serviços essenciais e oportunidades sociais. Por sua vez, a exclusão social pode agravar a pobreza, dificultando o acesso ao emprego e a outras oportunidades económicas, além de causar problemas de saúde mental e isolamento social, impactando negativamente a qualidade de vida, muito especialmente na população a envelhecer.



Exclusão Estrutural



A exclusão estrutural refere-se à sistemática discriminação e marginalização de grupos sociais historicamente privados de acesso a recursos e oportunidades económicas, políticas e culturais.

Este fenómeno manifesta-se em diversos níveis, como a exclusão do mercado de trabalho, a falta de acesso à educação de qualidade, a segregação residencial e a falta de cuidados de saúde adequados, entre outros.

Este tipo de exclusão é complexo e é influenciado por fatores como história, cultura, políticas públicas, relações de poder e desigualdade económica. Concentra-se em situações em que pessoas ou grupos sociais enfrentam desvantagens significativas em termos de inclusão, devido a desajustes internos de competências ou a dificuldades externas, como perda de rendimento ou falta de acesso a recursos básicos como habitação, de entre outros, atender à exclusão condicionada pelo envelhecimento.



Eixos Estratégicos de Intervenção



Os cinco Eixos de Intervenção Estratégica, surgem do Diagnóstico Social aprovado em outubro de 2023, e constituem o foco principal para orientar o planeamento e a implementação de ações, medidas e projetos necessariamente transversais para a construção de um território progressivamente mais inclusivo, equitativo, coeso, justo e competitivo, com práticas institucionais de concertação e promoção do acesso equitativo.

Eixo I – Habitação e Emergência Social

O direito a uma habitação condigna assume-se como uma vertente base e fundamental nas estratégias de desenvolvimento das comunidades, bem como na promoção da competitividade e coesão dos territórios

Assegurar, agregando esforços públicos e privados, o acesso das famílias a habitações condignas e a preços apropriados, pela promoção de soluções inovadoras e sustentáveis e assumir o Marco de Canaveses como uma referência na região Norte e na CIM-TS pela qualidade do seu tecido urbano e bem-estar social, capaz de atrair e fixar população pela garantia de um acesso a uma habitação condigna é o desígnio da Estratégia Local de Habitação, pilar essencial deste eixo de intervenção.

Pensar em Emergência Social é versar sobre situações que provocam grande vulnerabilidade pela sua complexidade, transversalidade e multiproblemáticas.

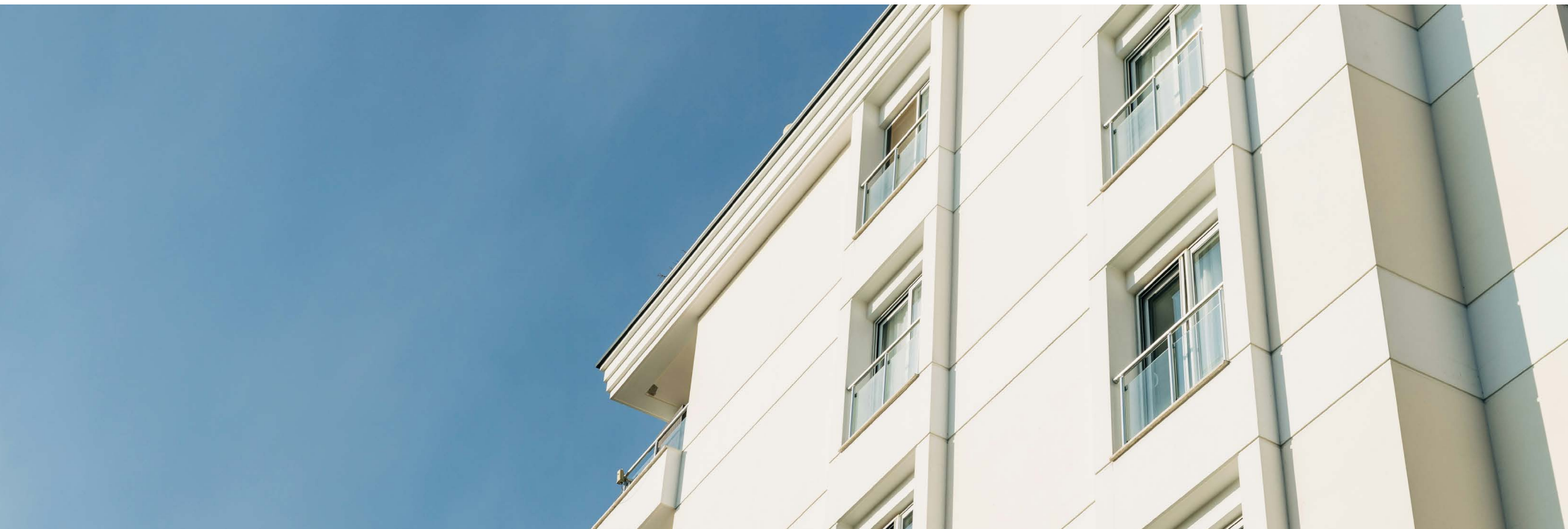
Evidenciam-se quando, algumas ou todas, as condições mínimas de sobrevivência não se encontram garantidas (alimentação, educação, saúde, habitação), assim como de dignidade.

Esta ausência efetiva de condições pode constituir um risco elevado para a integridade física, emocional, psíquica ou social das pessoas e da própria comunidade, requerendo intervenção integrada, célere e próxima.

Refletindo sobre alguns dados do Diagnóstico Social, constatámos:

- Os valores médios dos salários auferidos pelos trabalhadores em Marco de Canaveses (959,9€), são mais baixos do que os verificados na sua comunidade intermunicipal (980,7€);
- Em termos de poder de compra (INE 2019), como é previsível pelos dados anteriores, em Marco de Canaveses cifra-se nos 73,5% e no Tâmega e Sousa nos 73,7%. Se compararmos com a região Norte a diferença é de 19,5, registando o poder de compra 93%;
- O Coeficiente de Gini é um indicador de desigualdade na distribuição do rendimento que visa sintetizar num único valor a assimetria dessa distribuição. Marco de Canaveses regista em 2020 um valor de Coeficiente de Gini de 38,8 em comparação com 37,4 do Tâmega e Sousa;
- Apreciada a evolução censitária no que respeita ao RSI registamos uma diminuição percentual da população que beneficia desta prestação social, um decréscimo de 6,7% no concelho do Marco de canaveses, entre o ano de 2011 e 2021, seguindo a mesma tendência no Tâmega e Sousa e zona Norte;

- 3,80% da população do Marco de canaveses, auferem a prestação social de RSI;
- Quando olhamos para a franja da população ativa, nomeadamente entre os 25 e 55 anos de idade, cerca da 4,89% da população em idade ativa auferem esta prestação social, sendo mais expressiva a sua prevalência nas mulheres, enquanto titulares da mesma;
- Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC), apoia atualmente 621 beneficiários;
- São acompanhados 16 agregados familiares no âmbito da Loja solidária;
- O serviço de atendimento e acompanhamento social – SAAS de famílias em situação de vulnerabilidade social, assumido pela autarquia em outubro de 2022, registou em fevereiro (2023) acompanhamento de 814 processos e um total de 162 pedidos de apoios concedidos no âmbito do Fundo de Emergência Social, durante o ano de 2022.



Eixo II – Infância e Juventude

As Crianças e Jovens em Situação de Privação são cidadãos menores de idade que enfrentam condições de vida adversas (económica, educação, saúde, habitação, nutrição e proteção) nas quais lhes faltam recursos básicos e oportunidades adequadas para o seu desenvolvimento saudável e bem-estar.

Sabemos que a privação pode ter impactos de longo prazo no seu desenvolvimento integral e as consequências podem ser profundas e duradouras, afetando a saúde mental, desenvolvimento cognitivo, desempenho escolar e autoestima.

De acordo com o Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, datado de 2021, 10,7% das crianças com menos de 16 anos pertenciam a agregados familiares em privação material e social, resultado inferior ao referente à população em geral (13,5%). Considerando o indicador de privação material e social severa, o resultado para as crianças com menos de 16 anos (5,1%) é também inferior ao obtido para a população em geral (6,0%).

Destas crianças e pessoas jovens algumas acabam por ser sinalizadas¹ nos sistemas de promoção e proteção² e são identificadas como **Crianças e Pessoas Jovens em Risco** - pessoa com menos de 18 anos cuja segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento se encontre em perigo.

O perigo pode resultar de condutas da própria criança, dos pais, de outros cuidadores ou de qualquer outra pessoa. Uma criança ou jovem em risco é aquela cujo bem-estar está comprometido ou ameaçado pondo em causa o seu desenvolvimento integral.³

Trata-se de um conceito complexo e que, para o seu entendimento, há necessidade de análises sistémicas e integradas e sob diferentes perspetivas (jurídica, médica, psicológica, social, educativa, económica, cultural, etc.).

Torna-se, assim, essencial e atual a intervenção de políticas, organizações e sociedade para ajudar a mitigar essas situações e garantir os direitos desses cidadãos, estando o Marco de Canaveses fortemente empenhado no reconhecimento, pela UNICEF, como Município Amigo das Crianças, em resultado da ação concertada do Núcleo Local da Garantia para a Infância, aprovado pelo CLAS em julho de 2023.

¹ Não existe correlação direta entre a privação e a sinalização aos sistemas de promoção e proteção.

² Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo – Lei n.º 147/99 de 1 de agosto (alterada pela Lei n.º 31/2003, de 22 de agosto, e regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 332-B/2000, de 30 de dezembro).

³ Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo – Lei n.º 147/99 de 1 de agosto (alterada pela Lei n.º 31/2003, de 22 de agosto, e regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 332-B/2000, de 30 de dezembro).

Refletindo sobre alguns dados do Diagnóstico Social, constatámos:

- Inexistência de dados para estatisticamente analisar a situação de privação das crianças, contudo através de uma análise qualitativa aferimos que o território é pobre e o risco de pobreza é eminente em determinadas franjas populacionais;
- Atentos aos dados do primeiro trimestre de 2023 registamos 294 crianças em agregados beneficiários de RSI e 42 em SAAS;
- Escalões de Ação Social Escolar: 1686 crianças e jovens inscritos no sistema de ensino público no 1º Ciclo, das quais 813 subsidiadas, representando 39% dos alunos deste ciclo de ensino;
- Face ao total de crianças e jovens (5 – 9 anos) residentes no concelho (1988 crianças), a percentagem de alunos que beneficiam de escalão 1 ou 2 no âmbito da ASE é de 35,96%, para o 1º ciclo;
- No concelho de Marco de Canaveses existem 18011 famílias monoparentais, o que representa 12,15% das famílias monoparentais do Tâmega e Sousa;
- No ano de 2022, a CPCJ do Marco de Canaveses contabilizou 293 processos de promoção e proteção, dos quais 82 por Violência Doméstica, o equivalente a 27,98% dos processos acompanhados;

- De salientar 138 novos processos na CPCJ, tendo sido reabertos 51 (ano de 2022);
- A faixa etária com maior expressão processual é dos 15 aos 17 anos (75 PPP's) seguida da faixa etária dos 11 aos 14 anos (65 PPP's), sendo as principais problemáticas sinalizadas a Negligência – Falta de Supervisão e Acompanhamento Familiar, Violência Doméstica e Abandono Escolar;
- A ELI – Equipa Local de Intervenção acompanhou, em 2022, 95 crianças/famílias, sendo 60 residentes no concelho do Marco de Canaveses. As principais problemáticas apresentadas relacionam-se com atraso de desenvolvimento sem etologia conhecida, e condições específicas, seguida de crianças expostas a fatores de risco ambiental;
- Falta de respostas próximas no apoio terapêutico especializado destinadas a crianças e pessoas jovens;
- Pelo CLAS, através da realização de um grupo de foco, estão identificadas necessidades de melhoria no encurtar de distância entre povoações e serviços, que muitas vezes dificulta o acesso a atividades, bem como, faorecer espaços verdes públicos de lazer e atividades culturais, como cinema.

Ainda neste eixo de intervenção é merecida a referência à problemática da Violência Doméstica que denota uma presença significativa no território em análise, com impactos significativos também no desenvolvimento infantil e juvenil saudável, sempre que os contextos de violência são de família com filhos menores.

Embora maioritariamente exercida sobre mulheres, atinge também, direta e ou indiretamente, crianças, idosas e idosos e outras pessoas mais vulneráveis, como as deficientes. (...) abrange uma complexidade de situações ligadas à intimidade dos cidadãos e cidadãs e é, por isso mesmo, extremamente difícil de combater. É um crime público com dimensões alarmantes na sociedade portuguesa (...).⁴

Entende-se por violência doméstica toda a violência física, sexual ou psicológica que ocorre em ambiente familiar e que inclui, embora não se limitando a, maus tratos, abuso sexual de mulheres e crianças, violação entre cônjuges, crimes passionais, mutilação sexual feminina e outras práticas tradicionais nefastas, incesto, ameaças, privação arbitrária de liberdade e exploração sexual e económica.

Fazendo, de novo, uma retrospectiva ao Diagnóstico Social:

- Em 2022 registaram-se 68 processos por violência doméstica, acompanhados no Gabinete VIVO;
- Múltiplos constrangimentos de natureza sistémica limitam as vítimas de apresentar denúncia;
- Existência de sequelas pessoais a nível da saúde, integridade física, emocional e afetiva e vidas familiares em grave perigo de desestruturação, o que na sua globalidade, produz um quadro gerador de exclusão social grave e persistente;
- Fragilidade da saúde mental da vítima e, muitas vezes, de descendentes;
- Inexistência local de estrutura e/ou projeto de acompanhamento a agressores (acompanhamento é feito pela DGRSP);
- Consumos abusivos de álcool e outros comportamentos desviantes e aditivos subjacentes ao crime de violência doméstica;

Eixo III – Emprego, Formação e Empreendedorismo

Este eixo de intervenção associa-se a um conjunto de estratégias e programas voltados para o desenvolvimento e aperfeiçoamento das competências profissionais, com o objetivo de aumentar as oportunidades de emprego, promover o empreendedorismo e impulsionar o crescimento económico.

Este eixo tem um impacto significativo na sociedade, no combate ao desemprego, visando promover generalizadamente a melhoria de qualificações da população jovem do concelho capacitando-a para a empregabilidade no contexto de valorização do seu sistema produtivo, bem como, melhorar a qualificação de ativos em estreita articulação com a organização de processos de identificação de necessidades empresariais de inovação e formação.

A Estratégia Municipal MarcoInvest encontra-se em curso desde 2021 e visa a promoção do desenvolvimento económico do Concelho do Marco de Canaveses, através do desenho e implementação de medidas, respostas e iniciativas que, dentro das atribuições que lhe são legalmente cometidas, possam servir esse propósito.

Neste sentido, aqui desempenha um papel crucial a sua função no apoio à economia local e à inovação da região, pela criação de uma rede de colaboração com entidades parceiras, que permita ampliar e modernizar o tecido empresarial e contribuir para a criação de postos de trabalho permanentes e qualificados.

Acreditamos que só a criação de sinergias, potenciando a cooperação e facilitando o trabalho em rede entre instituições de ensino superior, centros de formação, escolas e empresas poderá alavancar o acolhimento de intervenções formativas e outras iniciativas e medidas ativas de criação de emprego qualificado e digno.



Dos dados constantes no Diagnóstico Social, constata-se:

- Grupo etário mais afetado pelo desemprego no concelho é o dos 15-24 anos (18,3%), situação similar às restantes unidades territoriais em análise, seguindo-se o grupo etário dos 55-64 anos (8,5%), tendência similar ao Norte e Tâmega e Sousa;
- Os grupos etários que constam com maior frequência nos registos do IEFP são os jovens entre os 18 e os 35 anos e os inscritos com 55 anos ou mais;
- Esta situação traduz-se no desemprego estrutural dos mais velhos que têm dificuldades crescentes em entrar ou reentrar no mercado de trabalho e os jovens que estão em situação de precariedade laboral até mais tarde do que as gerações anteriores.
- Em termos de beneficiários do subsídio de desemprego, o Marco de Canaveses regista 9,3% dos beneficiários;
- Consequências psicossociais da situação de insolvência e de sobreendividamento (incapacidade financeira das famílias, as oscilações do mercado de trabalho e habitacional, assim como, em algumas situações as características pessoais);
- Muitas pessoas jovens apresentam dificuldades na conclusão dos estudos, através do ensino regular, contudo existem respostas ao nível de ensino profissional que colmatam esta lacuna;
- Inserção dos trabalhadores mais velhos no mercado de trabalho, importante adotar abordagens que promovam a igualdade de oportunidades, combatam a discriminação etária e ofereçam programas de capacitação adequados para atualização de competências;
- É importante promover a consciencialização sobre as competências, experiência e valor que os trabalhadores mais velhos podem trazer para o local de trabalho;

• O número de Desempregados de Longa Duração (DLD)

no concelho pode ser justificado por:

- Baixas qualificações;
 - Baixa escolaridade;
 - Desajustamento profissional entre ofertas disponíveis e competências adquiridas pelos desempregados;
 - Baixa motivação para o emprego e outras respostas ativas;
- Rede de transportes públicos deficitária;
 - Pelo CLAS, através da realização de um grupo de foco, são identificadas necessidades de mentoria, o aumento da oferta de respostas sociais e o alargamento de horários, a necessidade de qualificação e fomento da inovação.

Eixo IV – Intervenção Social, Saúde e Longevidade

Este eixo representa, talvez, a função charneira no desenvolvimento social do concelho, pela abordagem de questões cruciais relacionadas ao bem-estar, qualidade de vida e à equidade para todos os cidadãos, capaz de propiciar a participação cívica plena de todos/as.

Aqui é englobada uma variedade de programas, políticas e iniciativas que visam melhorar as condições sociais e de saúde, promover a inclusão social e garantir uma vida saudável e digna para todos, independentemente da idade, origem ou condição social.

Contempla e aborda as necessidades imediatas da comunidade, criando uma base sólida para o desenvolvimento sustentável a longo prazo, na garantia que todos os cidadãos tenham acesso a cuidados de saúde adequados, serviços sociais e oportunidades de participação social com impacto no tecido social do concelho, promovendo um ambiente mais inclusivo.

Ao analisar indicadores como o índice de envelhecimento, o índice de longevidade, o índice de dependência e a taxa bruta de mortalidade, identificamos um novo contexto de intervenção devido à evolução da sociedade. Embora não ocorra de maneira linear para a população idosa como um todo, a relação entre dependência funcional e idade é um elemento transversal, influenciada por vários fatores ao longo do ciclo de vida.

DO Diagnóstico Social 2023 revela-nos:

- De acordo com o Censos 2021:
 - Índice de Envelhecimento de 177,7% (existiam 138,9 pessoas com 65 e mais anos de idade por cada 100 pessoas menores de 15 anos);
 - Índice de Dependência de Idosos 45,32%;
 - Índice de Dependência Total 45,7%;
- Censos Sénior da Guarda Nacional Republicana acompanha 57 idosos do concelho de Marco de Canaveses, dos quais 49 mulheres e 8 homens;
- Por referência a 2021, a Pensão Social de Velhice abrangia 7417 pessoas no nosso concelho, o equivalente a 82,28% da população com 65 ou mais anos;
- Necessidades de programas/projetos de Envelhecimento Ativo;
- Existência da Universidade Sénior no Concelho;
- Existência de situações de vulnerabilidade social, existência de casos de isolamento ou solidão e situações de carência ou privação económica e material;
- Aumento dos custos de saúde presente na idade avançada;
- Envelhecimento das gerações familiares, induzindo a prestação de cuidados por idosos junto de outros idosos e/ou junto de filhos adultos vulneráveis e/ou portadores com Deficiência;

- A rede de equipamentos e respostas sociais existentes estão ainda desajustadas face às necessidades:
 - Taxa de ocupação de ERPI é de 100%, e uma taxa de procura de 100%;
 - Taxa de Ocupação de SAD é de 64,82%;
 - Taxa de ocupação dos Centros de Dia é 68,43% de e Centros de Convívio, 88,88%;
 - Apenas existe um Lar Residencial para pessoas portadoras de deficiência, totalmente completo e com uma extensa lista de espera.
- Desajustamento entre utente e resposta social. A opção pela integração acaba por ser a resposta que as famílias dispõem para conseguir conciliar a vida pessoal e profissional, a solidariedade intergeracional e responsabilidade familiar;
- Diagnóstico de Pessoas com Deficiência desatualizado e com informação muito difusa no último CENSOS;
- Em 2021 beneficiavam no concelho da bonificação por deficiência 1002 pessoas;
- Dificuldades na (re) integração no mercado de trabalho (matching oferta/procura não coincidente);
- Necessidade de eliminação de barreiras arquitetónicas;
- Firmado entre o Município e o SICAD/ARS-Norte, está em funcionamento a Consulta Descentralizada Marco de Canaveses, com 43 acompanhamentos ativos no ano de 2022;
- Ausência de serviços de proximidade no âmbito do consumo das novas substâncias psicoativas e dos novos comportamentos aditivos, em particular o jogo patológico;
- Dependência crescente do mundo virtual e da internet/jogos;
- Dependência de outros jogos sociais (ex: raspadinhas);
- Falta de dados científicos sobre a Saúde Mental no concelho;



- Dificuldades na intervenção secundária e terciária no domínio da Saúde Mental, designadamente por escassez de recursos humanos especializados afetos ao ACES e ARS-N;
- Escassez de respostas sociais e de saúde no domínio da Saúde Mental;
- Dificuldades no acesso aos serviços de saúde especializados;
- Morosidade nos encaminhamentos para consultas de especialidade (pedopsiquiatria, psiquiatria e neurologia);
- Famílias clássicas unipessoais em crescente aumento, podendo estar correlacionado com o envelhecimento da população;
- Pelo CLAS, através da realização de um grupo de foco, são identificadas necessidades de promoção do envelhecimento ativo/saudável, o fomento de políticas de apoio à natalidade, bem como, a melhoria da mobilidade entre serviços e iniciativas, bem como fomentar respostas na área da saúde mental e de autonomização.

Eixo V – Coesão Social e Igualdade

Este Eixo de intervenção assume-se como o ponto integrador do Plano de Desenvolvimento Social do Marco de Canaveses “Avançar em Rede 2024-2030” essencial na valorização de uma identidade coletiva que une comunidade e território, onde todas as pessoas se sintam valorizadas, respeitadas e tenham oportunidades iguais para prosperar.

A promoção da diversidade e da inclusão ao nível local, com particular atenção e respeito pelos direitos humanos e procurando assegurar plenamente a participação de todas as pessoas deve estabelecer as medidas e metas concretas e realistas, para a promoção da igualdade de género e a não discriminação, que, devem ser claras, partilhadas e alcançáveis.

Desse caminho fará parte, invariavelmente, na sociedade atual as seguintes prioridades estratégicas:

- a) Pôr termo à violência baseada no género;
- b) Contribuir para o desenvolvimento de uma cultura de Direitos Humanos, Igualdade entre mulheres e homens, rapazes e raparigas, não discriminação e não violência, junto das populações;
- c) Prevenir, combater e eliminar a discriminação em razão do sexo, bem como a discriminação que resulta da interseção de vários fatores de discriminação como a origem racial e étnica, a idade, a deficiência, a nacionalidade, orientação sexual, identidade e expressão de género e características sexuais, entre outros;
- d) Fomentar a maior participação dos homens na esfera privada, ao nível do trabalho do cuidado doméstico, visando uma divisão mais equilibrada com as mulheres;
- e) Prevenir e corrigir as desvantagens das mulheres no mercado de trabalho, designadamente ao nível da segregação sexual das profissões, remunerações, tomada de decisão, parentalidade e conciliação da vida profissional, familiar e pessoal;
- f) Promover uma maior participação política e cívica das mulheres e raparigas.
- g) Colmatar as disparidades salariais e de pensões entre homens e mulheres, bem como as disparidades de género no plano da prestação de cuidados.

O Diagnóstico do Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação 2022, revela-nos:

- Existência de Equipa para a Igualdade na Vida Local;
- Existência do Gabinete de Apoio à Vítima do Marco de Canaveses – VIVO;
- Guia de Promoção para uma Linguagem Inclusiva do Município do Marco de Canaveses;
- Criação da Marca “Marco+Igual”;
- Inexistência do número de docentes que frequentaram ações de formação certificada em igualdade de género, nomeadamente, sobre os Guiões de Educação, Género e Cidadania, a lecionar no Concelho;
- Adesão à Rede de Autarquias para a Igualdade.



Estratégia de Intervenção e Tipologias de Projetos



Neste ponto procuramos sintetizar a Estratégia de Intervenção estabelecida no PDS para atingir os objetivos estratégicos do Município do Marco de Canaveses (MMC).

Este capítulo direciona o planeamento e a execução de estratégias destinadas a criar um território inclusivo, equitativo, coeso, justo e competitivo, organizadas em três tipologias de Projetos: **Âncora**, **Inovação** e **Projeto Estruturante**, cada uma adaptada às necessidades específicas das áreas identificadas.

Projeto Âncora

Projeto de especial relevância no município (atual ou futura) que possa servir de veículo de comunicação da política social local na área temática na qual intervêm.

Esta tipologia de projeto serve ou poderá servir de “bandeira” comunicacional no município pela consistência e visibilidade adquirida.

O projeto Âncora tem como objetivo estratégico a congregação de microiniciativas numa intervenção consistente de continuidade e capacidade de produzir impacto.

Algumas características deste Projeto que o identificam são as seguintes:

- Agregador e integrador, à escala municipal ou supramunicipal, de intervenções demasiado fragmentadas e setoriais, organizado a partir de uma visão multidimensional, multissetorial e transversal da temática sobre a qual incide, (ex: Envelhecimento ativo / com qualidade de vida);
- Projeto de continuidade que vai evoluindo e adaptando e que identifica o município e o território;
- Modelo de gestão uma parceria estruturada;
- Município lidera a parceria para garantir a abrangência territorial;
- Projeto que existe e capta financiamentos (não é criado para ser financiado);
- Tem uma designação e é reconhecido na comunidade;
- Incorpora conhecimento, especialização e equipas técnicas qualificadas.



Projeto Inovação



Projetos que exploram uma temática social emergente (uma metodologia inovadora numa área temática convencional) com carácter experimental e demonstrativo. Estes projetos têm como objetivo criar modelos de boas práticas de intervenção que se possam converter em políticas sociais locais ou em novas respostas e serviços à comunidade.

Caraterísticas identificadoras:

- Escala de intervenção micro (cirúrgica) numa área a descoberto ou que necessita de novas abordagens práticas e metodológicas;
- Parceria restrita na gestão, mas com ligação à rede social;
- Explora nichos temáticos e de financiamento;
- Contribui para melhorar o diagnóstico numa área específica (produz conhecimento);
- Tem avaliação de impacto e produz informação disseminável;

Projeto Estruturante

Tem uma vocação de qualificação e capacitação da intervenção já existente. A sua lógica é a integração da intervenção já existente numa base comum técnica e metodológica qualificada. Deverá contribuir para a criação de mecanismos de articulação e partilha de processos e resultados nos projetos e intervenções já em curso, (Ex. Estruturação de uma Plataforma de articulação e qualificação na intervenção com idosos), com a atualização de conhecimento em práticas de intervenção com maior eficácia.

Características definidoras:

- Assume uma dimensão formativa /Qualificadora para a melhoria da estrutura existente;
- Formaliza redes de colaboração ou processo de comunicação demasiadamente pontuais e circunstanciais;
- Cria equipa e parcerias/plataformas de colaboração e articulação:



Eixo Estratégico 1: Habitação e Emergência Social					Modelo de Governação			
Dimensão do Problema	Tipologia de Intervenção/Projeto	Descritivo Racional	Público alvo	Entidade Promotora	Modelo de Gestão/Parceria	Indicadores de Monitorização	Articulação com Políticas Locais/Outros Projetos e Serviços	ODS
Risco Vulnerabilidade	Rede Local para a Emergência Social - Projeto Inovador	Dotar o concelho de equipas multidisciplinares e multissetoriais para a intervenção em crise, formação e treino para a emergência social	Pessoas em situação de especial vulnerabilidade social / vítimas de catástrofes naturais, etc.	MMC	Risco Vulnerabilidade		Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030. Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em situação de Sem-Abrigo.	1, 3
Risco Vulnerabilidade	Centro de Alojamento de Emergência Social - Projeto de Inovação	Criação de uma bolsa de alojamento urgente e temporário para pessoas e famílias em situação de especial vulnerabilidade e desproteção social. CAES - Centro de Acolhimento de Emergência Social Habitação Colaborativa	Pessoas em situação de especial vulnerabilidade social.	MMC	SCMMC ISS-IP IHRU		Carta Social Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Transitório (BNAUT) CIG Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030 Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em situação de Sem-Abrigo	1, 10
Risco Vulnerabilidade	Equipa multidisciplinar concelhia de intervenção na integração e inclusão social de migrantes e refugiados - Projeto de Inovação	A criação de uma equipa multidisciplinar profissionalizada de apoio aos migrantes e refugiados, é condição essencial para se promover um acompanhamento integral em diferentes dimensões e contribuir para a implementação no concelho de uma estratégia local para o acolhimento de migrantes e refugiados, favorecendo o trabalho do CLAIM.	Migrantes e refugiados	MMC	CIM-TS		Plano Estratégico para as Migrações Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030. Pilar Europeu dos Direitos Sociais. Fundo para o Asilo, Migração e Integração (FAMI 2030)	1, 10, 16

Figura 1 – Eixo Estratégico 1

Eixo Estratégico 1: Habitação e Emergência Social

					Modelo de Governação			
Dimensão do Problema	Tipologia de Intervenção/Projeto	Descritivo Racional	Público alvo	Entidade Promotora	Modelo de Gestão/Parceria	Indicadores de Monitorização	Articulação com Políticas Locais/Outros Projetos e Serviços	ODS
Pobreza e Exclusão Social Exclusão Estrutural	Estratégia Local de Habitação - Projeto Estruturante	Assegurar, agregando esforços públicos e privados, o acesso das famílias a habitações condignas e a preços apropriados, pela promoção de soluções inovadoras e sustentáveis e assumir o Marco de Canaveses como uma referência na região Norte e na CIM-TS pela qualidade do seu tecido urbano e bem-estar social, capaz de atrair e fixar população pela garantia de um acesso a uma habitação condigna.	Pessoas em situação de carência habitacional.	MMC	IHRU		Estratégia Local de Habitação Programa de Apoio ao Acesso à Habitação – 1º Direito.	1, 10, 17
Vulnerabilidade	Promoção da acessibilidade nas habitações e edifícios públicos - Projeto Estruturante	Promoção da acessibilidade para pessoas com mobilidade condicionada ou dificuldade no acesso e na fruição das suas habitações.	Pessoas com mobilidade condicionada.	MMC	Instituto Nacional de Reabilitação (INR)		PIH 360º Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025 Programa Municipal para a Igualdade e Não Discriminação Fórum Municipal das Pessoas com Deficiência	3, 10, 11
Pobreza e Exclusão social	POAPMC – Programa Operacional de Apoio a Pessoas Mais Carenciadas - Projeto Estruturante	Criação de uma bolsa de alojamento urgente e temporário para pessoas e famílias em situação de especial vulnerabilidade e desproteção social. CAES - Centro de Acolhimento de Emergência Social Habitação Colaborativa	Pessoas em situação de especial vulnerabilidade social.	MMC	SCMMC ISS-IP IHRU		Carta Social Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Transitório (BNAUT) CIG Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030 Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em situação de Sem-Abrigo	1, 10

Figura 1 – Eixo Estratégico 1

Eixo Estratégico 1: Habitação e Emergência Social

					Modelo de Governação			
Dimensão do Problema	Tipologia de Intervenção/Projeto	Descritivo Racional	Público alvo	Entidade Promotora	Modelo de Gestão/Parceria	Indicadores de Monitorização	Articulação com Políticas Locais/Outros Projetos e Serviços	ODS
Risco Vulnerabilidade	Equipa multidisciplinar concelhia de intervenção na integração e inclusão social de migrantes e refugiados - Projeto de Inovação	Entrega mensal de cabazes alimentares. Medidas de acompanhamento às famílias de capacitação para a correta seleção e utilização dos géneros alimentares, diversidade alimentar, gestão e organização do orçamento familiar.	Pessoas Carenciadas Indivíduos ou famílias em situação de carência económica.	FSA	Consórcio entre Banco Alimentar Contra a Fome e Santa Casa da Misericórdia de Baião e OBER. SAAS e RSI Ação Social CMMC CAFAP CSSMS	240 cabazes alimentares por mês para 583 pessoas (out.23)	POAPMC Carta Social Programa Municipal para a Igualdade e Não Discriminação Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030.	1, 2, 10
Pobreza e Exclusão Social	Cantina Social - Projeto Estruturante	Entrega de refeições/alimentos para uma refeição/dia a pessoas mais carenciadas e com poucos recursos económicos. Pobreza e exclusão social. Falta de acesso a bens alimentares. Falta de capacidade/competência para a gestão alimentar.	Pessoas carenciadas; Pessoas sem capacidade/competência para a gestão alimentar.	FSA	Protocolo de Cooperação Segurança Social	1 refeição diária/entrega de alimentos para 13 beneficiários (out.23)	Carta Social	1, 2, 10
Pobreza e Exclusão social	Banco Alimentar - Projeto Estruturante	Banco Alimentar Entrega mensal de cabazes Ações de sensibilização e de capacitação para a correta seleção e utilização dos géneros alimentares, diversidade alimentar, gestão e organização do orçamento familiar.	Pessoas Carenciadas Indivíduos ou famílias em situação de carência económica Falta de acesso a bens alimentares. Famílias sem critério para outras respostas alimentares.	Fundação Santo António	Parceria com Banco Alimentar	45 cabazes mensais/para 93 beneficiários (out.23)	Banco Alimentar Contra a Fome do Porto	1, 2, 10

Figura 1 – Eixo Estratégico 1

Eixo Estratégico 2: Infância e Juventude								
					Modelo de Governação			
Dimensão do Problema	Tipologia de Intervenção/Projeto	Descritivo Racional	Público alvo	Entidade Promotora	Modelo de Gestão/Parceria	Indicadores de Monitorização	Articulação com Políticas Locais/Outros Projetos e Serviços	ODS
Vulnerabilidade	Cursos de Educação e Formação de Adultos - Projeto Estruturante	Cursos de dupla certificação (escolar e profissional)	Adultos/as com baixos níveis de qualificação de base	Multiformactiva	Projeto financiado pelo Programa Pessoas* Centro Qualifica Escola Secundária do Marco de Canaveses CAERUS* CMMCN Empresas e Instituições do concelho	N.º de formandos/as N.º de formandos/as certificados/as	Programa Pessoas 2030 CIM	4, 10
Vulnerabilidade Risco	“Marco Cidade Amiga das Crianças” - Projeto Estruturante	Afirmar o Plano de Ação Cidade Amiga das Crianças como um instrumento privilegiado na agenda local para a infância e juventude, que promova uma política de acesso a serviços e recursos que garantam os direitos de provisão e proteção das crianças e jovens.	Crianças e Jovens	MMC	UNICEF CPCJMC CLDS Garantia para a Infância		Estratégia Nacional para os Direitos da Criança. UNICEF – Convenção sobre os Direitos da Criança. Plano de Ação Nacional da Garantia para a Infância 2022-2030. Plano Intermunicipal de Promoção do Sucesso Escolar – PIPSE.	3, 10, 11
Vulnerabilidade	ELI - Equipas Locais de Intervenção (tipologia II) - Projeto Estruturante	Assegurar a manutenção e alargamento da resposta no concelho do serviço da responsabilidade dos Ministérios da Saúde, do Trabalho e da Segurança Social e da Educação dirigido a crianças entre os 0 e os 6 anos e suas famílias e tem como missão garantir a Intervenção Precoce na Infância.	Crianças com idade entre os 0 e os 6 anos	Cercimarco ACES			Carta Social Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar. Plano Intermunicipal de Promoção do Sucesso Escolar – PIPSE. Plano de Ação Nacional da Garantia para a Infância 2022-2030.	3, 4, 17

Figura 2 – Eixo Estratégico 2 | *Sujeito a candidatura **Novo programa

Eixo Estratégico 2: Infância e Juventude

					Modelo de Governação			
Dimensão do Problema	Tipologia de Intervenção/Projeto	Descritivo Racional	Público alvo	Entidade Promotora	Modelo de Gestão/Parceria	Indicadores de Monitorização	Articulação com Políticas Locais/Outros Projetos e Serviços	ODS
Vulnerabilidade Exclusão Estrutural	Medida de Acolhimento Residencial - Projeto de Inovação	Proporcionar às crianças e jovens, e possivelmente às pessoas portadoras de deficiência e população sénior, uma resposta social em contexto não institucionalizado		FSA	CLAS		Carta Social Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável. Plano de Ação Nacional da Garantia para a Infância 2022-2030. Estratégia Nacional para os Direitos da Criança para o período 2021-2024. Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025	3, 17
Vulnerabilidade Pobreza e Exclusão Estrutural	Alargamento da rede de creches e centros de atividades de tempos livres - Projeto Estruturante	Dotar o concelho de creches e CATL de forma a que todas as crianças e jovens possam aceder a respostas sociais que favoreçam o seu desenvolvimento harmonioso e seguro e que promovam a conciliação entre a vida familiar e profissional.		CLAS	CLAS		Carta Social Plano de Ação Nacional da Garantia para a Infância 2022-2030.	1, 8, 10, 16
Vulnerabilidade Pobreza e Exclusão Social	CLDS 5G - Projeto Estruturante	Dotar o concelho de intervenção familiar e parental preventiva da pobreza infantil.		MMC	FSA			1, 10, 17

Figura 2 – Eixo Estratégico 2 | *Sujeito a candidatura **Novo programa

Eixo Estratégico 2: Infância e Juventude

					Modelo de Governação			
Dimensão do Problema	Tipologia de Intervenção/Projeto	Descritivo Racional	Público alvo	Entidade Promotora	Modelo de Gestão/Parceria	Indicadores de Monitorização	Articulação com Políticas Locais/Outros Projetos e Serviços	ODS
Vulnerabilidade Pobreza e Exclusão Social Risco	PIPSE – Plano Intermunicipal de Promoção do Sucesso Escolar - Projeto Estruturante	Desenvolvimento de ações de capacitação junto das crianças e jovens para a adoção de atitudes positivas perante os conflitos nas relações de intimidade e melhorar os seus conhecimentos a nível das situações de violência e promoção de relações saudáveis.		CIMTS Agrupamentos de Escolas	MMC		Plano de Ação Nacional da Garantia para a Infância 2022-2030.	3, 10, 16
Risco Vulnerabilidade	Resposta de Apoio Psicológico (RAP) /UNIDAS-Rede Intermunicipal de Apoio à Vítima do Tâmega e Sousa - Projeto Estruturante	Atendimento, apoio e acompanhamento especializados, nas dimensões psicológica e psicoterapêutica, a crianças e jovens vítimas de violência doméstica, através da constituição de uma equipa técnica de psicólogos/as e de uma intervenção articulada e em rede entre as diversas instituições e serviços com intervenção nesta área.		CIMTS	MMC (Gabinete VIVO)			3, 10, 17
Pobreza e Exclusão Social Vulnerabilidade	Programa Municipal de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior - Projeto Estruturante	Facilitar o acesso ao ensino superior dos candidatos, com comprovada carência económica, através da atribuição de bolsas de estudo.	Jovens e adultos	MMC			Estratégia Nacional para Igualdade e Não Discriminação - Portugal + Igual. Programa de Formação Pós-Secundária – Estratégia Portugal 2030	1, 4, 10

Figura 2 – Eixo Estratégico 2 | *Sujeito a candidatura **Novo programa

Eixo Estratégico 2: Infância e Juventude								
					Modelo de Governação			
Dimensão do Problema	Tipologia de Intervenção/Projeto	Descritivo Racional	Público alvo	Entidade Promotora	Modelo de Gestão/Parceria	Indicadores de Monitorização	Articulação com Políticas Locais/Outros Projetos e Serviços	ODS
Pobreza e Exclusão Social Vulnerabilidade	Programa Municipal de Incentivo à Natalidade e Apoio a Famílias Numerosas - Projeto Estruturante	Dotar o concelho de medidas de apoio às famílias numerosas, que visam promover o aumento da natalidade, a melhoria da qualidade de vida, a conciliação entre a vida profissional com a vida familiar e acoesão social.	Famílias com filhos	MMC			Programa Municipal de Incentivo à Natalidade e Apoio a Famílias Numerosas.	1, 8, 17
Pobreza e Exclusão Social Vulnerabilidade	Centro Comunitário Multivalências Intergeracional - Projeto de Inovação	Contribuir para a criação de condições que possibilitem aos indivíduos, o exercício pleno do seu direito de cidadania e apoiar as famílias no desempenho das suas funções e responsabilidades, reforçando a sua capacidade de integração e participação social. especialmente vocacionado para a participação juvenil.		FSA	CLAS		Carta Social	1, 10, 16, 17
Risco Vulnerabilidade	CAFAP - Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental - Projeto Estruturante	Dotar o concelho de mais respostas sociais de apoio especializado às famílias com crianças e jovens. Está vocacionado para desenvolver uma intervenção pedagógica e psicossocial que permita a prevenção e reparação de situações de risco psicossocial através da capacitação das famílias ao nível do desenvolvimento de competências parentais, pessoais e sociais.		FSA	CLAS		Carta Social Plano de Ação Nacional da Garantia para a Infância 2022-2030.	1, 3, 10, 17

Figura 2 – Eixo Estratégico 2 | *Sujeito a candidatura **Novo programa

Eixo Estratégico 3: Emprego, Formação e Empreendedorismo

					Modelo de Governação			
Dimensão do Problema	Tipologia de Intervenção/Projeto	Descritivo Racional	Público alvo	Entidade Promotora	Modelo de Gestão/Parceria	Indicadores de Monitorização	Articulação com Políticas Locais/Outros Projetos e Serviços	ODS
Área da Pobreza e Exclusão Social	Formações modulares certificadas - Projeto Estruturante	Ações de formação de curta duração certificadas, capitalizáveis para a obtenção de uma qualificação, de acordo com o Catálogo Nacional de Qualificações	Adultos/as com idade igual ou superior a 18 anos	Multiformactiva	AEMarco Empresas/instituições da região Centro Qualifica do AE de Marco de Canaveses n.º1 CMMC Juntas de freguesia	N.º de formandos/as N.º de formandos/as certificados/as	Programa Pessoas 2030*	4, 8
Vulnerabilidade	Academia Begin MarcolInvest – - Projeto Estruturante	Constituição da Academia Profissional e Empresarial do Marco de Canaveses, capaz de fornecer qualificações intermédias de qualidade ao tecido empresarial do Concelho e do Tâmega e Sousa em estreita articulação e envolvimento com o tecido empresarial, bem como, fornecer formação contínua de qualidade a ativos empregados em estreita relação com as necessidades de novas competências identificadas pelas empresas. Visa ainda promover a capacitação dos pequenos e médios empresários do concelho e do Tâmega e Sousa integrando os desafios e indeterminações da economia nacional e internacional.	Jovens e adultos em idade ativa	MMC	CIM-TS Instituições de ensino superior IEFP CENFIM ASSIMAGRA CLAS		Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT) do Tâmega e Sousa Norte 2030 Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação	4, 5, 8, 9, 10, 12, 17

Figura 3 – Eixo Estratégico 3 | *Sujeito a candidatura **Novo programa

Eixo Estratégico 3: Emprego, Formação e Empreendedorismo

					Modelo de Governação			
Dimensão do Problema	Tipologia de Intervenção/Projeto	Descritivo Racional	Público alvo	Entidade Promotora	Modelo de Gestão/Parceria	Indicadores de Monitorização	Articulação com Políticas Locais/Outros Projetos e Serviços	ODS
Vulnerabilidade Risco	Disseminação do modelo de formação Dual - Projeto Estruturante	Promover uma forte cooperação entre as empresas e os centros de formação, permitindo aos formandos adquirir conhecimentos técnicos e aplicar os mesmos de forma prática dentro das empresas..	Jovens estudantes	MMC	IEFP MarcoInvest AEMarco Centro Qualifica GIP CLAS		Estratégia de Desenvolvimento do Norte para o período de programação 2021-2027.	4, 8, 17
Vulnerabilidade Risco	Diagnóstico de Necessidades de Formação - Projeto Estruturante	Diagnóstico de Necessidades de Formação em colaboração com as empresas e entidades públicas e privadas de forma a conseguir-se obter uma maior convergência entre a oferta de formação e a procura de emprego.	Tecido empresarial	MMC CIM-TS	IEFP MarcoInvest AEMarco Centro Qualifica GIP		Estratégia de Desenvolvimento do Norte para o período de programação 2021-2027.	8, 17
Vulnerabilidade Exclusão Estrutural	Criação de Centro de Especialização Tecnológica (CET) - Projeto Estruturante	Reequipar e robustecer a infraestrutura tecnológica dos estabelecimentos de ensino/escolas com oferta de ensino profissional, através da instalação ou modernização de espaços e equipamentos, amplificando a capacidade instalada dos estabelecimentos de ensino público e privado com oferta de cursos profissionais.	Ensino Secundário	Agrupamento de Escolas N°1	MMC		PRR Escola+	

Figura 3 – Eixo Estratégico 3 | *Sujeito a candidatura **Novo programa

Eixo Estratégico 3: Emprego, Formação e Empreendedorismo

					Modelo de Governação			
Dimensão do Problema	Tipologia de Intervenção/Projeto	Descritivo Racional	Público alvo	Entidade Promotora	Modelo de Gestão/Parceria	Indicadores de Monitorização	Articulação com Políticas Locais/Outros Projetos e Serviços	ODS
Vulnerabilidade	Prémio de Inovação MarcolInvest - Projeto Estruturante	Iniciativa que visa distinguir e premiar iniciativas empreendedoras e inovadoras com potencial impacto social e que contribuam para o crescimento económico do território.	Tecido empresarial 3º Setor	MMC	MarcolInvest AEMarco IET Instituições de Ensino Superior		Programa Municipal “Prémio de Inovação MarcolInvest”	8, 11, 17
Vulnerabilidade	Espaço MarcolInvest - Projeto Âncora	Estrutura que visa apoiar empreendedores, empresas e profissionais liberais no processo de desenvolvimento e/ou consolidação de ideias de negócio com potencial impacto social e económico	Empreendedores Jovens Estudantes Profissionais Liberais Tecido Empresarial	MMC	MarcolInvest ANJE IAPMEI COTEC IET	Nº de empresas/projetos de negócio incubados Nº de postos de trabalho criados pelas empresas /projetos de negócio incubados	Portugal Inovação Social Empreende XXI – Portugal 2030	8, 9, 17
Vulnerabilidade	Iniciativa Geradora Marcuense - Projeto Estruturante	Iniciativa que visa atrair e captar investimento gerador de emprego qualificado e permanente e com potencial impacto social	Tecido Empresarial	MMC	MarcolInvest			8, 9, 12

Figura 3– Eixo Estratégico 3 | *Sujeito a candidatura **Novo programa

Eixo Estratégico 3: Emprego, Formação e Empreendedorismo

					Modelo de Governação			
Dimensão do Problema	Tipologia de Intervenção/Projeto	Descritivo Racional	Público alvo	Entidade Promotora	Modelo de Gestão/Parceria	Indicadores de Monitorização	Articulação com Políticas Locais/Outros Projetos e Serviços	ODS
Exclusão Estrutural Vulnerabilidade	Oficinas Experimenta -Projeto de Inovação	Iniciativa que visa oferecer aos alunos do concelho a oportunidade de visitar, verificar e experimentar “in loco” os diversos contextos profissionais do território	Alunos do 3º ciclo e ensino secundário	MMC	MarcoInvest Agrupamentos de Escolas EPAMAC CIM-TS		Plano Intermunicipal de Promoção do Sucesso Escolar – PIPSE.	4, 8, 9, 10
Vulnerabilidade	Escola de Hotelaria e Turismo do Tâmega e Sousa - Projeto Estruturante	Promover formação do capital humano para o turismo e a hotelaria, garantindo a preparação de jovens para o primeiro emprego e a qualificação dos profissionais do sector. Capacitar a oferta turística no Tâmega e Sousa com profissionais qualificados.	Jovens e adultos em idade ativa	MMC	CIM-TS Turismo de Portugal Ministério da Ciência e Ensino Superior		Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT) do Tâmega e Sousa Norte 2030	4, 5, 8, 9, 10, 12, 17
Vulnerabilidade	Cursos de Educação e Formação de Adultos - Projeto Estruturante	Cursos de certificação escolar e/ou profissional	Adultos/as com baixos níveis de qualificação de base	Multiformactiva	Centro Qualifica do Agrupamento de escolas de Marco de Canaveses n.º1 CLDS 5G-Caerus GIP's AEMarco Empresas/instituições da região	N.º de formandos/as N.º de formandos/as certificados/as	Programa Pessoas 2030*	4, 8, 10

Figura 3– Eixo Estratégico 3 | *Sujeito a candidatura **Novo programa

Eixo Estratégico 3: Emprego, Formação e Empreendedorismo

					Modelo de Governação			
Dimensão do Problema	Tipologia de Intervenção/Projeto	Descritivo Racional	Público alvo	Entidade Promotora	Modelo de Gestão/Parceria	Indicadores de Monitorização	Articulação com Políticas Locais/Outros Projetos e Serviços	ODS
Vulnerabilidade	Respostas formativas certificadas - Projeto Estruturante	Respostas formativas certificadas para empresas e instituições, de curta duração, em diversas áreas	Ativos empregados	Multiformactiva	AEMarco Empresas/instituições da região	N.º de formandos/as N.º de formandos/as certificados/as	Estratégia integrada de desenvolvimento territorial do Tâmega e Sousa	4, 5, 8, 10, 17
Vulnerabilidade	Integração de grupos vulneráveis no mercado de trabalho - Projeto Estruturante	Aprendizagem da Língua portuguesa por cidadãos estrangeiros	Pessoas migrantes ou refugiadas cuja língua materna não é a língua portuguesa e ou que não detenham competências básicas, intermédias ou avançadas em língua portuguesa, de acordo com o QECRL, e que reúnam as condições previstas na regulamentação nacional acima referida.	Multiformactiva	IEFP e/ ou estabelecimentos de ensino público Centro Qualifica do Agrupamento de escolas de Marco de Canaveses n.º1 AEMarco Empresas/instituições da região CMMC/ CLAIM		Programa Pessoas 2030* Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação	4, 8, 10

Figura 3 – Eixo Estratégico 3 | *Sujeito a candidatura **Novo programa

Eixo Estratégico 4: Intervenção Social, Saúde e Longevidade

					Modelo de Governação			
Dimensão do Problema	Tipologia de Intervenção/Projeto	Descritivo Racional	Público alvo	Entidade Promotora	Modelo de Gestão/Parceria	Indicadores de Monitorização	Articulação com Políticas Locais/Outros Projetos e Serviços	ODS
Vulnerabilidade	Ações no âmbito do Plano de Ação para o Envelhecimento Ativo e Saudável - Projeto Estruturante		Pessoas idosas com vulnerabilidades sociais	Multiformactiva	Instituições do concelho	N.º de formandos/as N.º de formandos/as certificados/as	Programa Pessoas 2030*	4
Vulnerabilidade	Qualificação de pessoas com incapacidade ou deficiência - Projeto Estruturante	Ações de formação.	Pessoas com incapacidade ou deficiência	Multiformactiva	Projeto financiado pelo Programa Pessoas* CMMCN CAERUS** Instituições do concelho	N.º de formandos/as N.º de formandos/as certificados/as	Programa Pessoas 2030*	4, 16
Vulnerabilidade	Voluntariado de proximidade - Projeto Estruturante	Promover no concelho a prática de voluntariado enquanto instrumento de desenvolvimento pessoal, social e formativo.		CLAS	CASES - Cooperativa António Sérgio para a Economia Social			16, 17

Figura 4 – Eixo Estratégico 4 | *Sujeito a candidatura **Novo programa

Eixo Estratégico 4: Intervenção Social, Saúde e Longevidade

					Modelo de Governação			
Dimensão do Problema	Tipologia de Intervenção/Projeto	Descritivo Racional	Público alvo	Entidade Promotora	Modelo de Gestão/Parceria	Indicadores de Monitorização	Articulação com Políticas Locais/Outros Projetos e Serviços	ODS
Exclusão Estrutural	Alargamento de SAD para fim-de-semana - Projeto de Inovação	Reforçar no concelho a prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio, quando não possam os indivíduos ou familiares assegurar temporariamente ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e/ou atividades de vida diária. Recuperação da "Casa Vila Amélia" para respostas sociais integradas		CSPF Favões SCMMC	CLAS		Carta Social	3,17
Pobreza e Exclusão Social Risco	Ementa Municipal - Projeto Estruturante	Uniformizar a oferta alimentar no ensino público pré-escolar e 1º ciclo do concelho e garantir uma alimentação completa, variada e adequada de acordo com os princípios de uma alimentação saudável.	Alunos dos estabelecimentos de ensino públicos concelhios	MMC	Juntas de Freguesia		Plano Nacional de Saúde 2021-2030 Estratégia Municipal de Saúde	3,10

Figura 4 – Eixo Estratégico 4 | *Sujeito a candidatura **Novo programa

Eixo Estratégico 4: Intervenção Social, Saúde e Longevidade

					Modelo de Governação			
Dimensão do Problema	Tipologia de Intervenção/Projeto	Descritivo Racional	Público alvo	Entidade Promotora	Modelo de Gestão/Parceria	Indicadores de Monitorização	Articulação com Políticas Locais/Outros Projetos e Serviços	ODS
Exclusão Estrutural	Cuidar Marcuense – Projeto de Inovação	Diminuir o isolamento e a exclusão social bem como os problemas de saúde mental vivenciados pelos cuidadores informais e respetivos dependentes.	Cuidadores Informais	MMC	ACES ISS – IP CASTIS CLAS		Plano Nacional de Saúde 2021-2030 Estratégia Municipal de Saúde	3
Exclusão Estrutural Vulnerabilidade	CDP – Centro de Diagnóstico Pneumológico	Serviço responsável pela prevenção e tratamento da Tuberculose, nas suas múltiplas formas		ARS	MMC		Estratégia Municipal de Saúde	3,8

Figura 4– Eixo Estratégico 4 | *Sujeito a candidatura **Novo programa

Eixo Estratégico 4: Intervenção Social, Saúde e Longevidade

					Modelo de Governação			
Dimensão do Problema	Tipologia de Intervenção/Projeto	Descritivo Racional	Público alvo	Entidade Promotora	Modelo de Gestão/Parceria	Indicadores de Monitorização	Articulação com Políticas Locais/Outros Projetos e Serviços	ODS
Exclusão Estrutural Vulnerabilidade	Musicalidade - Projeto Inovação	O “Musicalidade” é um projeto promovido pela SCMMC, em execução desde novembro de 2021, e que leva a música e intervenções pela Psicologia a 190 idosos do Concelho de Marco de Canaveses. Trata-se de uma iniciativa que teve início através do financiamento da Fundação Belmiro de Azevedo (FBA) e conta com o apoio da Artâmega – Academia das Artes, enquanto entidade artística parceira e a Associação “A Pele do Vínculo” – Arte, Terapia e Comunidade.	Pessoas com 65 ou mais anos	SCMMC	Financiamento: FBA Parcerias: - Associação Alegria de Crescer - Casa do Povo de Tabuado - Centro Social de Vila Boa de Quires - Centro Social e Paroquial de S. Romão de Carvalhosa - ERPI - Centro de Convívio Carmen Miranda - ULDM - Artâmega - Associação a Pele do vínculo	Nº de Respostas Sociais envolvidas: 6 Nº de seniores a abranger: 190 Nº de sessões de música/musicoterapia: 210 Nº de sessões de EC (Estimulação Cognitiva): 125 Nº de seniores com demência que beneficiam de sessões individuais de musicoterapia: 50 Nº de sessões de musicoterapia com idosos com demência: 500 Nº de seniores que são acompanhados pela Psicologia: 15 Nº de espetáculos musicais: 1 Nº de ensaios musicais realizados com os seniores que participam no espetáculo: 3 Nº de idosos que participam no espetáculo: 75 Nº de atividades musicais entre Instituições Beneficiárias: 8 Nº de novos vídeos criados: 1 Nº de divulgações (notícias, entrevistas, etc.): 4 Nº de formações por entidade beneficiária: 3 (18)		

Figura 4 – Eixo Estratégico 4 | *Sujeito a candidatura **Novo programa

Eixo Estratégico 4: Intervenção Social, Saúde e Longevidade

					Modelo de Governação			
Dimensão do Problema	Tipologia de Intervenção/Projeto	Descritivo Racional	Público alvo	Entidade Promotora	Modelo de Gestão/Parceria	Indicadores de Monitorização	Articulação com Políticas Locais/Outros Projetos e Serviços	ODS
Exclusão Estrutural Vulnerabilidade	PROMEHS – Promoção de Saúde Mental nas Escolas - Projeto Estruturante	Implementação de um programa de promoção de saúde mental nos estabelecimentos de ensino pré-escolar do concelho.	Alunos do ensino público pré-escolar	MMC	Agrupamentos de Escolas concelhios		Plano de Ação Nacional da Garantia para a Infância 2022-2030. Programa Intermunicipal de Promoção do Sucesso Escolar - Estratégia Municipal de Saúde	3,10
Exclusão Estrutural Vulnerabilidade	Atividade RIR: “Reconhecer, Integrar, Resolver!” - Projeto Estruturante	A atividade RIR pretende dar resposta às necessidades emergentes ao nível da saúde mental e desenvolvimento da linguagem, para as crianças “condicionais”, bem como, resposta às necessidades de nutrição/alimentação, para as crianças do 2º ano de escolaridade. É contemplada a realização de um rastreio ao nível do desenvolvimento global, assim como, avaliação e intervenção psicológica, terapia da fala e partilha de novas práticas e recomendações sobre a promoção de saúde mental, com os pais, professores e restante comunidade escolar.	Alunos, pais, professores e restante comunidade escolar	MMC	Agrupamentos de Escolas concelhios		Plano de Ação Nacional da Garantia para a Infância 2022-2030. Programa Intermunicipal de Promoção do Sucesso Escolar Plano Escola+ (Ministério da Educação) Estratégia Municipal de Saúde	3,10

Figura 4 – Eixo Estratégico 4 | *Sujeito a candidatura **Novo programa

Eixo Estratégico 4: Intervenção Social, Saúde e Longevidade

					Modelo de Governação			
Dimensão do Problema	Tipologia de Intervenção/Projeto	Descritivo Racional	Público alvo	Entidade Promotora	Modelo de Gestão/Parceria	Indicadores de Monitorização	Articulação com Políticas Locais/Outros Projetos e Serviços	ODS
Exclusão Estrutural Vulnerabilidade	Programa “Eu e os Outros” - Projeto Estruturante	Projeto concelhio de prevenção primária de comportamentos aditivos e dependências, em contexto escolar	Alunos dos Agrupamentos de Escolas Agrupadas e Não Agrupadas do concelho	MMC	MMC ICAD Equipa de Saúde Escolar Agrupamentos de Escolas		Plano de Ação Nacional da Garantia para a Infância 2022-2030. Plano Nacional de Saúde 2021- 2030 Estratégia Municipal de Saúde	3, 4
Exclusão Estrutural Pobreza e Exclusão Social	Consulta Descentralizada de Marco de Canaveses (CDMC) - Projeto Estruturante	É uma consulta especializada de tratamento para adultos com dependência de substâncias psicoativas, lícitas ou ilícitas, bem como com dependências comportamentais. A CDMC é assegurada por uma equipa multidisciplinar, constituída por uma médica, uma enfermeira, uma assistente social, uma psicóloga e uma assistente técnica.	Adultos com dependência de substâncias psicoativas, lícitas ou ilícitas, bem como com dependências comportamentais.	Instituto para os Comportamentos Aditivos e Dependências – CRI Porto Central	MMC ARS-Norte		Plano Nacional de Saúde 2021- 2030 Estratégia Municipal de Saúde	3,10

Figura 4 – Eixo Estratégico 4 | *Sujeito a candidatura **Novo programa

Eixo Estratégico 4: Intervenção Social, Saúde e Longevidade								
					Modelo de Governação			
Dimensão do Problema	Tipologia de Intervenção/Projeto	Descritivo Racional	Público alvo	Entidade Promotora	Modelo de Gestão/Parceria	Indicadores de Monitorização	Articulação com Políticas Locais/Outros Projetos e Serviços	ODS
Risco Vulnerabilidade Exclusão Estrutural	Plano de ação Local para a Saúde Mental - Projeto Estruturante	Este plano deverá ter como finalidade a priorização da implementação, no concelho, de serviços de saúde e de respostas sociais que complementem as respostas já existentes. Efetuar um levantamento exaustivo dos serviços públicos e privados que trabalham na área da saúde mental no concelho e perceber em que medida e em que condições podem ser acionados.	Comunidade em geral	MMC	Manifestamente Conselho Municipal de Saúde (CMS) Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP)		Plano Nacional de Saúde 2021-2030 Estratégia Municipal de Saúde Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)	3, 17
Vulnerabilidade	Consulta Pública de Saúde Oral - Cadeira Dentista - Projeto Estruturante	Expandir e melhorar a capacidade de resposta da rede dos cuidados de saúde primários proporcionando à população mais distante dos centros urbanos e economicamente mais carenciada, cuidados de proximidade ao nível da saúde oral.	População em situação de vulnerabilidade socioeconómica	MMC	ARS - Centro de Saúde do Marco		Plano Nacional de Saúde 2021-2030 Estratégia Municipal de Saúde PRR	3,10
Vulnerabilidade	Projeto “Marco a Sorrir” - Projeto Estruturante	Promover o acesso aos cuidados/tratamentos de saúde oral, às famílias em situação de vulnerabilidade.	Pessoas em situação de vulnerabilidade	CESPU – Cooperativa de Ensino	MMC		Plano Nacional de Saúde 2021-2030 Estratégia Municipal de Saúde	3,10

Figura 4 – Eixo Estratégico 4 | *Sujeito a candidatura **Novo programa

Eixo Estratégico 4: Intervenção Social, Saúde e Longevidade

					Modelo de Governação			
Dimensão do Problema	Tipologia de Intervenção/Projeto	Descritivo Racional	Público alvo	Entidade Promotora	Modelo de Gestão/Parceria	Indicadores de Monitorização	Articulação com Políticas Locais/Outros Projetos e Serviços	ODS
Vulnerabilidade	“Saúde à Lupa” - Projeto Estruturante	Promoção da literacia em saúde através da partilha de “infografias”, em datas comemorativas, e da disponibilização de vídeos curtos, no âmbito da Saúde, nos diferentes canais de comunicação do município (Facebook, Instagram, página Web), com informação, nas áreas da nutrição, psicologia, terapia da fala e serviço social, que permita aumentar os conhecimentos em saúde da comunidade e promover a mudança de comportamentos, potenciada pela ação “vamos desmistificar”.	Comunidade em geral	MMC	OPP		Plano Nacional de Saúde 2021-2030 Estratégia Municipal de Saúde	3
Vulnerabilidade	Jornadas Municipais de Saúde - Projeto Estruturante	Promoção da literacia em saúde	Comunidade em geral	MMC	ACES CMS		Plano Nacional de Saúde 2021-2030 Estratégia Municipal de Saúde	3

Figura 4 – Eixo Estratégico 4 | *Sujeito a candidatura **Novo programa

Eixo Estratégico 4: Intervenção Social, Saúde e Longevidade

					Modelo de Governação			
Dimensão do Problema	Tipologia de Intervenção/Projeto	Descritivo Racional	Público alvo	Entidade Promotora	Modelo de Gestão/Parceria	Indicadores de Monitorização	Articulação com Políticas Locais/Outros Projetos e Serviços	ODS
Vulnerabilidade Exclusão Estrutural	Consolidação da ação das Equipas de Cuidados Continuados Integrados (ECCI) - Projeto Estruturante	Prestação de cuidados domiciliários de enfermagem e médicos (preventivos, curativos, reabilitadores ou paliativos); cuidados de reabilitação; apoio psicossocial e de terapia ocupacional, envolvendo os familiares e outros prestadores de cuidados; educação para a saúde aos doentes, familiares e cuidadores; apoio na satisfação das necessidades básicas; apoio no desempenho das atividades da vida diária.	Utentes em situação de dependência funcional transitória ou prolongada, que não se podem deslocar de forma autónoma, cujo critério de referência assenta na fragilidade, limitação funcional grave, condicionada por fatores ambientais, com doença severa, em fase avançada ou terminal, ao longo da vida, que reúnam condições no domicílio que permitam a prestação dos cuidados continuados integrados	ARS	MMC		Plano Nacional de Saúde Estratégia Municipal de Saúde	3
Vulnerabilidade Pobreza e Exclusão Social	Fundo de Emergência Social - Projeto Estruturante	Dotar o concelho de medidas de apoio social, excecional e temporário, a pessoas em situação de vulnerabilidade social residentes no concelho, e distinto dos apoios sociais existentes, em articulação com as Instituições ou respostas locais.		MMC			Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030 Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação	1,10

Figura 4 – Eixo Estratégico 4 | *Sujeito a candidatura **Novo programa

Eixo Estratégico 4: Intervenção Social, Saúde e Longevidade								
					Modelo de Governação			
Dimensão do Problema	Tipologia de Intervenção/Projeto	Descritivo Racional	Público alvo	Entidade Promotora	Modelo de Gestão/Parceria	Indicadores de Monitorização	Articulação com Políticas Locais/Outros Projetos e Serviços	ODS
Vulnerabilidade	Jornadas Municipais de Intervenção Social - Projeto Estruturante	Promoção da literacia e reflexão sobre a problemática social	Comunidade em geral	MMC	Entidades do CLAS e/ou externas.			1,5
Envelhecimento	ERPI - Estrutura Residencial para Pessoas Idosas - Projeto Estruturante	A Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) é uma resposta social que consiste no alojamento coletivo para pessoas idosas, onde são desenvolvidas atividades permanentes de apoio social e ocupacionais, alimentação, higiene, tratamento de roupas, cuidados de enfermagem, administração de fármacos, serviços religiosos, atividades diversas que visam promover o bem-estar do idoso num ambiente de segurança e contribuir para um processo de envelhecimento ativo. A ERPI da Fundação Santo António situa-se numa zona rural, instalada numa quinta com 4hectares, tem capacidade para 100 utentes.	Idosos	Fundação Santo António	Acordo de Cooperação com a Segurança Social	Capacidade 100/ 94 pessoas idosas integradas (out.23)	Rede Social Desporto CMMC Saúde Pública e USF Congregação Carmelitas Descalços de Portugal (Aressadas) Banco Alimentar Contra a Fome do Porto Mercadona	3,10

Figura 4 – Eixo Estratégico 4 | *Sujeito a candidatura **Novo programa

Eixo Estratégico 5: Coesão Social e Igualdade								
					Modelo de Governação			
Dimensão do Problema	Tipologia de Intervenção/Projeto	Descritivo Racional	Público alvo	Entidade Promotora	Modelo de Gestão/Parceria	Indicadores de Monitorização	Articulação com Políticas Locais/Outros Projetos e Serviços	ODS
Vulnerabilidade	Capacitação de públicos estratégicos - Projeto Estruturante	Ações de formação.	Profissionais bcom impacto na promoção da inclusão (e.g agentes de formação, famílias)	Multiformactiva	Projeto financiado pelo Programa Pessoas* CMMCN CAERUS** Instituições do concelho	N.º de formandos/as N.º de formandos/as certificados/as	Programa Pessoas 2030	4, 16
Vulnerabilidade Exclusão Estrutural	Equipa de Agentes Comunitários – Marco + Igual - Projeto de Inovação	Dotar o concelho de trabalho articulado e integrado entre a área social e a área da saúde de forma a estabelecer-se um plano de cuidados comum abrangente que envolva as várias dimensões: física, psicológica e emocional e que seja passível de ser monitorizado, reduzindo o perigo de atuações desajustadas e sobrepostas, que, na maioria das vezes não favorecem a saúde e bem-estar dos mais velhos.		MMC	CLAS CIM – TS CDCT		Plano Nacional de Saúde 2021-2030 Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030	3, 17

Figura 5 – Eixo Estratégico 5 | *Sujeito a candidatura **Novo programa

Eixo Estratégico 5: Coesão Social e Igualdade

					Modelo de Governação			
Dimensão do Problema	Tipologia de Intervenção/Projeto	Descritivo Racional	Público alvo	Entidade Promotora	Modelo de Gestão/Parceria	Indicadores de Monitorização	Articulação com Políticas Locais/Outros Projetos e Serviços	ODS
Risco Vulnerabilidade Exclusão Estrutural	Reforço das Respostas sociais de Apoio à Deficiência - Projeto Estruturante	Aumentar e diversificar as respostas de apoio à deficiência, designadamente no espectro de autismo, com a criação de novos modelos de apoio e de intervenção terapêutica e de novos modelos de alojamento residencial que concorram para a valorização das capacidades e autonomia das pessoas com deficiência. - Construção de Lar Residencial e alargamento de CACI em Avesadas - Construção de RAI - Residência de Autonomização e Inclusão - Alargamento do Acordo de Cooperação do SAD - Serviço de Apoio Domiciliário para pessoas com deficiência / incapacidade		Cercimarco	CLAS		Carta Social Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025 Fórum Municipal das Pessoas com Deficiência	3, 16, 17

Figura 5 – Eixo Estratégico 5 | *Sujeito a candidatura **Novo programa

Eixo Estratégico 5: Coesão Social e Igualdade

					Modelo de Governação			
Dimensão do Problema	Tipologia de Intervenção/Projeto	Descritivo Racional	Público alvo	Entidade Promotora	Modelo de Gestão/Parceria	Indicadores de Monitorização	Articulação com Políticas Locais/Outros Projetos e Serviços	ODS
Vulnerabilidade	Fórum Municipal das Pessoas com Deficiência - Projeto Estruturante	Promover um concelho mais acessível e inclusivo através do desenvolvimento de ações de capacitação para escolas, empresas e serviços públicos		MMC	CLAS		Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025 Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação	1, 10, 16, 17
Vulnerabilidade Exclusão Estrutural	Criação de um CAARPD - Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para pessoas com deficiência / incapacidade - Projeto de Inovação	Dotar o concelho de resposta especializada, que assegure o atendimento, acompanhamento e o processo de reabilitação social a pessoas com deficiência e incapacidade e disponibilize serviços de capacitação e suporte às suas famílias ou cuidadores informais.		Cercimarco	CLAS		Carta Social Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025	3, 10, 16, 17
Pobreza e exclusão social Vulnerabilidade	Observatório Social e Económico do Marco de Canaveses - Projeto Estruturante	Dotar o concelho de conhecimento sobre o tecido demográfico, económico e sociocultural do concelho, com vista a informar a intervenção autárquica e as políticas públicas.		MMC	CIM-TS Plataforma Territorial Supraconcelhia CLAS			8, 11, 16, 17

Figura 5 – Eixo Estratégico 5 | *Sujeito a candidatura **Novo programa

Eixo Estratégico 5: Coesão Social e Igualdade

					Modelo de Governação			
Dimensão do Problema	Tipologia de Intervenção/Projeto	Descritivo Racional	Público alvo	Entidade Promotora	Modelo de Gestão/Parceria	Indicadores de Monitorização	Articulação com Políticas Locais/Outros Projetos e Serviços	ODS
Pobreza e Exclusão Social	Mundivisões - Projeto de Inovação	Projeto de empoderamento e de capacitação dos refugiados migrantes, promovendo uma maior participação cívica na comunidade que os acolhe pela promoção da interculturalidade do Marco de Canaveses.		MMC	CLAIM FAMI AIMA		PMIND - Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação	8, 10, 16
Pobreza e Exclusão Social	Radar Social - Projeto Estruturante	Planeamento/ativação no acesso direto a serviços e respostas de carácter emergente. Dinamizar a Rede de agentes locais com modelo organizado de trabalho articulado em Parceria para rentabilização dos recursos existentes, facilitando o desenvolvimento social, integrado, participado e sustentado dos territórios.	Comunidade em geral	MMC	ISS-IP			
Vulnerabilidade Pobreza e Exclusão Social Risco	Consolidação e alargamento da rede de equipamentos sociais - Projeto Estruturante	Apoiar o desenvolvimento e consolidação da rede de equipamentos sociais, típicos e/ou atípicos, no território		IPSS's	CLAS		Carta Social PRR Documento Estratégico Concelhio PMIND	

Figura 5 – Eixo Estratégico 5 | *Sujeito a candidatura **Novo programa

Eixo Estratégico 5: Coesão Social e Igualdade

					Modelo de Governação			
Dimensão do Problema	Tipologia de Intervenção/Projeto	Descritivo Racional	Público alvo	Entidade Promotora	Modelo de Gestão/Parceria	Indicadores de Monitorização	Articulação com Políticas Locais/Outros Projetos e Serviços	ODS
Humanização serviços	Voluntariado – Grupo de Cavaquinhos Grupo Pé Ligeiro - Projeto Estruturante	Humanização das respostas da ERPI da Fundação Santo António. Entretenimento e lazer na instituição e na comunidade. Promoção envelhecimento ativo. Atuações e animações do Grupo de Cavaquinhos. Caminhadas do Pé Ligeiro.	Comunidade	Fundação Santo António	Voluntariado	40 voluntários (out.23)		10
Sustentabilidade	Exploração Agrícola - Projeto Estruturante	Manutenção dos terrenos da Fundação Santo António com exploração de vinha, hortícolas, legumes e frutas para autoconsumo e venda. Qualidade alimentar nas refeições da ERPI.	ERPI Comunidade	Fundação Santo António	Gestão própria	4,5 hectares de vinha, exploração agrícola.		12
Alojamento para estudantes deslocados	Residência Mafalda Ermida - Projeto Estruturante	Residência estudantil de apoio à educação e qualificação de estudantes. Iniciativas por parte dos beneficiários em favor da missão da Fundação Santo António.	Estudantes universitários deslocados na cidade do Porto	Fundação Santo António	Gestão própria	1 residência de baixo custo para 5 estudantes (out.23)		10

Figura 5 – Eixo Estratégico 5 | *Sujeito a candidatura **Novo programa



Nota Conclusiva

Considerações Finais

O Plano de Desenvolvimento Social (PDS) reflete o resultado de um trabalho colaborativo entre o Conselho Local de Ação Social do Marco de Canaveses e a Comunidade Intermunicipal Tâmega e Sousa, que teve início com a elaboração da Carta Social, aprovada em 13 de março de 2023, seguida pela atualização do Diagnóstico Social, aprovado em 23 de outubro de 2023 a que se seguiu a 16 de novembro a aprovação do presente documento.

O PDS representa, assim, uma síntese das análises realizadas na Carta Social e no Diagnóstico Social, incorporando estratégias e medidas específicas para promover o desenvolvimento social sustentável concelhio. Essa abordagem integrada e participativa visa enfrentar os desafios identificados, explorar oportunidades e melhorar a qualidade de vida da comunidade e a sua aprovação marca um marco importante no compromisso das partes envolvidas com o desenvolvimento social do território, representando a base para a implementação de ações concretas e a consecução dos seguintes objetivos delineados:

- Alargamento da Rede Concelhia de Equipamentos Sociais com novas e/ou inovadoras respostas sociais na primeira infância, no apoio à população idosa e/ou portadora de deficiência;
- Promoção generalizada da melhoria nas qualificações da população jovem do concelho capacitando-a para a empregabilidade no contexto de valorização do seu sistema produtivo, bem como, a melhoria na qualificação de ativos em estreita articulação com a organização de processos de identificação de necessidades empresariais de inovação e formação;
- Reconhecimento do Marco de Canaveses como Município Amigo das Crianças;
- Elaboração e divulgação do Observatório Social e Económico do Marco de Canaveses;

- Promoção da capacitação, da saúde mental e os níveis de participação cívica das pessoas que cuidam de outras pessoas.

- Reconhecimento do Marco como Município Amigo dos Idosos, na promoção da Saúde Social no Envelhecimento;

A articulação dos impactos gerados pela execução do presente PDS ao nível ao nível supraconcelhio, será baseada no funcionamento da Plataforma Supraconcelhia (PSC) do Tâmega e Sousa que, sendo a instância de âmbito territorial devida, deve funcionar como o espaço privilegiado de debate e análise dos problemas sociais dos 11 concelhos que a compõem, nos termos do nº2 do artigo 13º do Decreto-Lei nº 55/2020 de 12 de agosto.

